



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PLANO DE EMERGÊNCIA

PROJETOS PARA EXECUÇÃO IMEDIATA
E CARENTES DE FINANCIAMENTO

1961



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PLANO DE EMERGÊNCIA

PROJETOS PARA EXECUÇÃO IMEDIATA
E CARENTES DE FINANCIAMENTO

BD.
COPLAN
338.1
B823P

1961

I N T R O D U Ç Ã O

I

PERSPECTIVAS DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA

A evolução da demografia e economia brasileiras nos últimos anos permite afirmar que, mantidas as tendências observadas no passado, a situação econômico-social do país no futuro previsível será marcada por:

- 1) crescente explosão demográfica;
- 2) insuficiente crescimento da renda per-capita;
- 3) insuficiente crescimento da produção agrícola de subsistência;
- 4) desequilíbrios estruturais e regionais na distribuição da renda;
- 5) acelerado processo de urbanização, sem a possibilidade de paralela criação das comodidades urbanas básicas e de empregos em indústrias e serviços em número capaz de manter ocupada a população urbana ativa;
- 6) agravamento das tensões sociais resultantes (a) dos desequilíbrios na distribuição da renda, (b) da insuficiência de produtos alimentares, e (c) do aumento das populações urbanas sub-empregadas, vivendo sem as condições mínimas de habitação, saneamento, abastecimento, transporte e educação.

A POPULAÇÃO

Os primeiros resultados do Censo demográfico de 1960 confirmam a impressão deixada pela pirâmide de idades do Censo de 1950 e pela evolução da taxa de mortalidade de que a constante de crescimento da população brasileira deve situar-se em torno de 2,7% cumulativos por ano, e não 2,4%, como se admitia.

A essa taxa, a evolução da população brasileira nos próximos anos será a seguinte:

	<u>1961</u>	<u>1965</u>	<u>1970</u>	<u>1975</u>	<u>1980</u>
Milhões de habitantes	68,6	76,3	87,2	99,7	113,9

A tendência da taxa de crescimento demográfico é para aumentar, por efeito dos progressos na higiene pública e na redução da mortalidade infantil, do aumento da vida média e da melhoria da dieta alimentar, não obstante a probabilidade de queda da taxa de natalidade, pela urbanização. É possível, senão provável, que a taxa final de crescimento alcance 3% ao ano, ainda no presente decênio.

Crescimento urbano e suburbano

O crescimento das populações urbanas e suburbanas tem sido extremamente rápido nos últimos anos, e a taxa de urbanização (entendida como a taxa de crescimento da população urbana em excesso sobre a taxa média de crescimento) foi de aproximadamente 1,47% ao ano.

PRODUTO INTERNO BRUTO

O produto Interno Bruto brasileiro cresceu, nos últimos 20 anos, à taxa de 4,4% ao ano, e nos últimos 13 anos, à taxa de 4,7% ao ano, inferidas da seguinte evolução:

(bilhões de cruzeiros de 1959)

P.I.B.	<u>1940</u>	<u>1945</u>	<u>1950</u>	<u>1955</u>	<u>1960</u> *
P.I.B.	797,4	238,7	1.250,4	1.602,7	1.908,7

* estimado

As perspectivas são, entretanto, de uma queda nessas taxas, por fôrça, principalmente, dos seguintes fatôres, cujos efeitos negativos manifestar-se-ão no futuro imediato:

1) redução da taxa média anual de investimento, que se situava em 17,1% do produto interno bruto entre 1951 e 1955, e caiu para 14,3% entre 1956 e 1959;

2) redução na capacidade de importar em ritmo mais acelerado do que o processo de produção substitutiva de bens e serviços indispensáveis ao desenvolvimento. A queda absoluta e relativa das exportações brasileiras vem diminuindo a capacidade de importar do país, redução que tem sido adiada para o futuro pela acumulação de dívidas externas;

3) efeito agregado da limitada capacidade de importar sôbre a taxa de investimento, dada a participação, ainda importante, das importações do volume total dos investimentos brasileiro;

4) baixo crescimento da produtividade em virtude da insuficiênca dos investimentos em educação e tecnologia, no passado.

Estas circunstâncias justificam cálculos que prognosticam, mantidas as tendências vegetativas da economia, o crescimento do P.I.B. no futuro próximo à taxa média cumulativa de apenas 3,6% ao ano. Esse crescimento, comparado ao que resultaria da taxa observada nos últimos 13 anos, seria o seguinte:

Estimativa do crescimento do P.I.B.

bilhões de cruzeiros de 1959

Ano	A taxa de 4,7% ao ano	A taxa de 3,6% ao ano
1960	1.908,7	1.908,7
1965	2.401,3	2.277,9
1970	3.021,2	2.718,6
1975	3.801,2	3.244,4
1980	4.782,3	3.871,9

A RENDA PER CAPITA

As projeções acima do crescimento da população e do P.I.B. conduzem à evolução provável da renda per-capita à taxa de 0,9% ao ano, se o incremento do P.I.B. obedecer à taxa de 3,6% ao ano, ou de 2% ao ano, se o Brasil conseguir manter o ritmo de crescimento observado nos últimos 13 anos. Ainda nessa hipótese, entretanto, as perspectivas de aumento da renda per-capita serão de apenas 1,7% anuais, se o crescimento demográfico atingir 3% ao ano.

O sistema de taxas múltiplas de câmbio adotadas pelo Brasil até recentemente dificulta a comparação da sua renda em termos de moeda conversível. Admitida, entretanto, a taxa de Cr\$ 113,23/US\$ para 1959 (estimada como paridade pela evolução comparada das duas moedas a partir de 1947), a evolução provável da renda per capita brasileira seria a seguinte, conforme a taxa de crescimento do P.I.B.

Renda per-capita em US\$

Ano	Crescimento do P.I.B. a 4,7% a/a	Crescimento do P.I.B. a 3,6% a/a
1960	252	252
1965	278	264
1970	306	275
1975	337	287
1980	371	300

OS DESEQUILIBRIOS DO DESENVOLVIMENTO

O processo do desenvolvimento brasileiro revela nos últimos anos o agravamento de vários desequilíbrios, com sérias repercussões econômicas e sociais:

1) o desequilíbrio monetário: o aumento médio anual do custo de vida no Estado da Guanabara, que entre 1948 e 1955 foi de 14,7%, elevou-se para 24% entre 1956 e 1960, chegando a atingir 39,1% em 1959;

2) o desequilíbrio estrutural, pelo insuficiente crescimento da produção agrícola e dos serviços de infraestrutura. No período 1949-1959 o aumento da produção agrícola foi de apenas 49,1% (índices do produto real), enquanto a produção industrial crescia de 136,7%. Este desequilíbrio se manifesta nos graves problemas sociais resultantes da insuficiência e irregularidade no abastecimento das concentrações urbanas;

3) o desequilíbrio regional, pela concentração industrial em pequena região do país, e o fraco dinamismo de grandes áreas, interessando parcela substancial da população. Este problema se manifesta com maior agudeza no Nordeste brasileiro, mas já começa a afetar outras regiões;

4) o desequilíbrio do balanço de pagamentos, pelo insuficiente crescimento da capacidade de importar e a pressão sobre o balanço de pagamentos decorrente do próprio processo de desenvolvimento;

5) o desequilíbrio sócio-institucional, pela má distribuição da renda, o regime injusto e anti-econômico de distribuição da propriedade rural nas áreas mais desenvolvidas contrastando com grandes regiões não ocupadas, o deficit habitacional e o atraso na expansão das facilidades urbanas básicas.

O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO

A situação de subdesenvolvimento - que se traduz no nível de renda per-capita de US\$ 250,00 verificado atualmente no país - será superada ao atingir a economia nacional estágio que pode ser definido pelos seguintes requisitos:

a) nível de renda a partir do qual o sistema econômico, no quadro da tecnologia contemporânea, possa induzir de maneira continuada a própria expansão. Na base da dados comparativos internacionais este nível pode ser situado em torno de US\$600,00;

b) estrutura demográfica em que a maior percentagem da população nacional esteja urbanizada, com alto nível de emprego produtivo em indústrias e serviços;

c) renda nacional cuja percentagem gerada no comércio exterior, pela exportação de produtos primários, não seja excessivamente alta.

Os requisitos enumerados nos itens b e c resultam:

a) da inter-relação que existe entre o aumento da renda per-capita e o imperativo de um dimensionamento nacional do princípio da divisão do trabalho;

b) da baixa elasticidade preço-renda da demanda nacional e internacional de produtos primários e da excessiva instabilidade de seus preços;

c) da impossibilidade prática da solução alternativa de se atingir aquêle nível de renda mantendo-se a presente estrutura de ocupação econômica da população brasileira. De fato, seria teoricamente possível atingir aquêle nível de renda, conservando na agricultura a percentagem atual da população. No entanto, admitindo igual nível de renda para os diversos setores, far-se-ia mister que fôssem exportados cerca de 36% do produto nacional (produtos agrícolas que não poderiam ser absorvidos pela população urbana),

Ainda que esse esforço de exportações fôsse compatível com as possibilidades da capitalização interna, o enorme volume da oferta do mercado internacional se encarregaria de deprimir os seus preços de forma devastadora, o que mostra a inviabilidade da hipótese.

A superação do estágio de subdesenvolvimento pelo Brasil exigirá um crescimento continuado e em ritmo mais bem acelerado do que no passado, e envolverá drásticas mudanças na sua estrutura econômica:

a) o aumento da taxa de crescimento do P.I.B. para 7,5% ao ano, cumulativos, embora represente quase dobrar a taxa observada nos últimos anos, e mais do que duplicar a taxa de 3,6% estimada para o futuro próximo, ainda exigiria 20 anos para que o Brasil atingisse a renda per-capita de US\$ 600,00, mantido o crescimento demográfico atual;

b) a mudança da estrutura de ocupação da população ativa obrigará a absorção nos próximos 20 anos, nas regiões urbanas e suburbanas, de cerca de 45 milhões de habitantes, empregando-os em indústrias e serviços.

A consecução desses objetivos tem correlações fundamentais no campo do investimento em educação e do aumento de produtividade na agricultura:

a) será impossível atingir o estágio de desenvolvimento desejado sem um nível de educação substancialmente superior ao atual. Países que se desenvolvem rapidamente têm dispendido entre 6 e 8% da sua renda em educação, além de 1,5% a 2% em pesquisa científica e tecnológica, e o Brasil precisa investir em educação mais do dobro do que o faz atualmente;

b) o processo implicará em manter praticamente estável a população agrícola atual, enquanto a demanda alimentar será ampliada de mais de 2,5 vezes, por força (1) do aumento do número de habitantes e (2) de próprio aumento da renda, que conduzirá necessariamente o maior consumo alimentar per-capita.

III

A NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO

O simples enunciado dos dados acima, e seu cotejo com a evolução e as perspectivas da situação econômico-social brasileira, demonstra que o desenvolvimento do país não deve ficar entregue ao crescimento vegetativo dos componentes da economia nacional, nem sujeito a uma intervenção governamental descoordenada ou errática. E isto porque:

a) o comportamento dessas forças nos últimos anos não assegura, por si só, a superação do estágio de sub-desenvolvimento: a taxa de crescimento econômico observada não é suficiente, e tende a cair; Ainda que mantida, todavia, não oferece perspectivas de melhoria importante no nível atual de vida nos dois ou três decênios próximos;

b) as mudanças de estrutura que envolve o desenvolvimento vêm sendo realizadas no país com alto custo social, e somente a sua ordenação pelo planejamento poderá garantir a aceleração do processo em um clima de estabilidade;

c) o processo de desenvolvimento brasileiro vem demonstrando tendência para exagerada concentração industrial, com consequentes desequilíbrios regionais na distribuição da renda, para a exacerbção de pressões inflacionárias, e para insuportável desequilíbrio do balanço de pagamentos. O estágio a que já atingiram êsses problemas e a experiência de países com igual nível de desenvolvimento não permitem esperar a sua correção automática no futuro próximo;

d) o país não pode correr o risco de crescer apenas à taxa verificada no passado, pois a explosão demográfica praticamente anulará progressos tão modestos.

Não é possível, portanto, dissociar o objetivo brasileiro de desenvolvimento de um constante aperfeiçoamento da programa-

-ção do esforço por ele requerido. As técnicas de programação foram criadas e aprimoradas como instrumentos para atingir o desenvolvimento mais rápido compatível com os recursos disponíveis, e para reduzir os inevitáveis atritos sociais provocados pelas mudanças de estrutura exigidas pelo próprio processo de desenvolvimento.

Planejar confunde-se, portanto, com racionalizar a ação governamental no campo social e político, cujo resultado é a possibilidade de acelerar o desenvolvimento.

Natureza do planejamento

O planejamento que se objetiva, global no sentido de que deve partir de uma visão geral de todos os aspectos da vida econômica e social, compreenderá, consentâneo com o regime político e a estrutura federativa do país;

a) a racionalização dos investimentos e das políticas do Governo Federal;

b) a definição da posição ótima dos Governos Estaduais e Municipais e do setor privado em função das necessidades do desenvolvimento, e a criação de estímulos e desestímulos que contribuam para orientar o comportamento dos setores não comandados pelo Governo Federal, segundo uma orientação global do esforço nacional.

O plano não pretende nem pressupõe a estatização da economia, mas admite e incentiva a coexistência de um setor público - racionalmente planejado com um setor competitivo, que deverá ser orientado através de medidas indiretas, no sentido de combinar os objetivos individuais de lucro com a máxima produtividade social do capital.

O planejamento desejado é, portanto, essencialmente democáratico, baseado em decisões coletivas, ou consentidas, aplicadas ao processo macro-econômico.

IV

AS ETAPAS DO PLANEJAMENTO

Partindo do atual estágio de evolução econômico-social do Brasil, a superação do seu sub-desenvolvimento é tarefa a longo prazo, cuja realização integral não poderá constituir objetivo de um único plano, pois a sua duração seria incompatível com o planejamento detalhado. Por esta razão, impõe-se a elaboração:

a) de um "Plano Perspectiva", com a duração de 20 anos, no qual será delineada, sem maiores detalhes, a evolução quantitativa e estrutural que deverá sofrer a economia brasileira para atingir o objetivo final de desenvolvimento;

b) dentro deste arcabouço geral, e como etapas de execução de um esforço continuado ao longo dos 20 anos de duração do Plano Perspectiva, deverá ser formulada em detalhes a programação dos esforços a serem realizados em períodos quinquenais sucessivos.

O Plano Perspectiva

Os objetivos que orientarão a elaboração do Plano Perspectiva, coincidem com os do desenvolvimento brasileiro, e podem ser assim definidos:

a) aumento rápido da renda per-capita como instrumento de bem estar social. Este aumento deverá procurar uma taxa média, no período, de 7,5% ao ano, cumulativos, a fim de que o Brasil alcance, em 1980, a renda per-capita de US\$ 600,00. A experiência internacional mostra que esta taxa de crescimento pode ser atingida dentro de um modelo democrático de desenvolvimento. Esse ritmo poderá mesmo ser aumentado, mas ele constitui uma exigência mínima para que se alimentem esperanças de superação do estágio de sub-desenvolvimento;

b) alto nível de emprego da população;

c) distribuição equitativa da renda, tanto em termos de classes, como das diversas regiões do país;

d) mudança estrutural da economia, como proporção crescente da população ativa empregada na indústria e nos serviços, apoiada em uma agricultura com produtividade crescente;

e) diversificação da economia.

Esses objetivos só poderão ser alcançados num clima de estabilidade social e de preços, e de equilíbrio do balanço de pagamentos.

Cada um dos objetivos indicados pode ser tido como intrinsecamente desejável. No entanto, no curso do processo de desenvolvimento, podem surgir incompatibilidades e conflitos entre os mesmos, como se vem verificando no Brasil. O planejamento a longo prazo permitirá antecipar os objetivos parciais e as mudanças estruturais necessárias, fornecendo elementos que permitam eliminar tais conflitos "ex-ante", prevendo e ajustando, para que as incompatibilidades se reduzam ao mínimo, ou sejam imediatamente corrigidas as contradições que podem surgir por força do próprio desenvolvimento.

O principal objetivo há de ser o aumento rápido da renda per-capita, pois o bem estar social depende da disponibilidade de bens e serviços. Cada incremento de renda obtido por um esforço anterior amplia as possibilidades de acelerar o processo mediante novas e maiores aplicações, diversificadas segundo os diferentes objetivos do programa, sem prejuízo do nível de consumo da população.

O segundo objetivo, que não conflita com o primeiro, é a da maior importância para a estabilidade social do país, à vista da alta taxa de crescimento demográfico e de urbanização. Na escolha dos métodos para acelerar o crescimento da renda deverá estar sempre presente a necessidade de criar emprego nas cidades para absorver o aumento da população urbana.

Os demais objetivos não estão indicados em ordem de prioridade, que deve resultar de decisões político-econômicas a serem

tomadas em cada caso, com base em condições específicas e objetivas.

Não obstante a proeminência do setor econômico, o planejamento não deve ficar circunscrito a estes aspectos, mas compreenderá necessariamente a melhoria das condições sanitárias, os investimentos em educação, e a criação de comodidades mínimas, tanto urbanas como rurais.

O 1º Plano Quinquenal

Para a execução no período 1962-1966 deverá ser elaborado o 1º Plano Quinquenal, que:

- a) quantificará os objetivos a serem atingidos;
- b) discriminará os investimentos públicos federais a serem realizados, e indicará os investimentos privados, estaduais e municipais que melhor contribuirão para o objetivo global do desenvolvimento;
- c) definirá as políticas e providências de natureza monetária, cambial, fiscal e institucional, que serão indispensáveis à consecução dos objetivos.

A tendência aos desequilíbrios regionais demonstrada pelo desenvolvimento brasileiro impõe que o Plano considere os investimentos tanto sob os aspectos das inter-relações setoriais, como na sua integração sob a forma de planos regionais.

A formulação adequada do Plano implica cinco tarefas fundamentais:

a) conhecer o comportamento das principais variáveis que determinam a evolução da economia nacional e fazer o balanço dos recursos mobilizáveis para o desenvolvimento. Esta tarefa exigirá os seguintes levantamentos básicos:

1 - evolução do produto nacional bruto e sua distribuição regional;

2 - evolução do fator demográfico, tendo em vista:

i - taxa de crescimento vegetativo;

ii - porcentagem da população ativa;

iii - estrutura da distribuição ocupacional da população ativa entre os setores primários, secundário e terciário;

iv - coeficiente de urbanização;

3 - evolução da poupança interna e da taxa de formação de capital nos setores públicos e privado;

4 - evolução da demanda interna e da sua estrutura;

5 - evolução do comércio exterior;

6 - evolução do comportamento do capital estrangeiro;

7 - evolução do balanço de pagamentos e do processo de substituição de importações;

8 - balanço dos recursos naturais;

b) projetar, com base no conhecimento supra referido, o comportamento dessas variáveis para o período quinquenal;

c) fixar quantitativamente os objetivos do Plano, com base nas projeções referidas no item anterior e no balanço dos recursos do item a, procurando o máximo crescimento da renda possível, ponderados dois critérios fundamentais:

1 - a imediata dinamização da capacidade ociosa do país (reservas minerais inexploradas, disponibilidade da mão de obra, e sub aproveitamento da terra);

2 - delimitação do esforço de desenvolvimento dentro de custos sociais suportáveis;

d) fixar os critérios de prioridade para a alocação dos investimentos previstos no plano, e para determinação das reformas institucionais recomendáveis, tais como:

1 - eliminação de pontos de estrangulamento da infraestrutura;

2 - conjuração dos desequilíbrios estruturais (agricultura e serviços de abastecimento);

3 - autonomização crescente do aparelho de produção (indústrias de base e de bens de capital);

- 4 - melhoria da relação produto-capital;
 - 5 - incremento do nível de instrução tecnológica;
 - 6 - melhoria da mobilidade social;
 - 7 - melhoria do nível sanitário e de higiene;
 - 8 - melhoria das condições de bem estar social;
- e) quantificar, de acordo com as prioridades estabelecidas, os recursos destinados aos programas setoriais e regionais.

O PLANO DE EMERGÊNCIA

O Governo Brasileiro vem emprestando à elaboração do 1º Plano Quinquenal o esforço necessário para atingir o grau de racionalização, profundidade e realismo exigidos por um propósito de programação global. Tanto a magnitude da tarefa, que exigirá ainda muitos estudos e detida reflexão, como conveniências de ordem administrativa, aconselharam que se deferisse o início do Plano para o segundo ano de Governo. Tal decisão tem ainda a vantagem de ensejar a cada novo Governo um período de adequação ao planejamento, dispendendo do primeiro ano do mandato presidencial para elaborar o Plano Quinquenal a ser por ele executado.

Por outro lado, o lançamento do Plano não esgotará as tarefas de sua definição. Elas deverão prosseguir já no curso da execução, apurando, detalhando e ajustando, em função da experiência e do aperfeiçoamento dos aparelhos administrativos de planejamento e execução.

A mesma prudência que conduz a não precipitar o 1º Plano Quinquenal indica a necessidade de, desde logo, subordinar a ação Governamental a uma ordenação, evitando os riscos das decisões erráticas, já submetendo esta ação a uma diretriz orgânica, já encaminhando as tarefas preparatórias ou inadiáveis do plano a ser iniciado no próximo ano. Esse o objetivo do Plano de Emergência.

Dentro do imperativo de urgência que domina essa programação, a sua primeira preocupação será a de corrigir ou aliviar situações aflitivas de vida social, acarretadas ou agravadas, em várias regiões do país, pelos desequilíbrios que caracterizaram o desenvolvimento brasileiro nos últimos anos. Entre os objetivos do programa se encontram os de auxílio aos planos que visem à compensação das desigualdades regionais, do atraso relativo do setor agrícola, ou das desordens do processo de urbanização.

Ao mesmo tempo, o Governo procura, como tarefa preparatória do Plano Quinquenal, realizar alguns investimentos em determinados fatôres, cuja disponibilidade condiciona o desenvolvimento, como seja, a educação e a formação de quadros de pessoal técnico.

Igual prioridade e consideração no Plano de Emergência merecem alguns investimentos na infra-estrutura, cuja premência e profundidade de impacto econômico-social impõem execução imediata, como antecipação do Plano Quinquenal. Nessa parte, o Plano de Emergência apresentará o seu enlace orgânico com as iniciativas de fundo, lançando as bases para o esforço amplo e continuado de planejamento da economia brasileira a ser perseguido no futuro próximo.

Outro critério, finalmente, foi o atendimento dos projetos em setores para os quais os recursos públicos institucionalizados são insuficientes ou inexistentes, deixando de incluir projetos ou programas nos quais a carência de recursos é menos grave.

Pela sua própria natureza, pois, o Plano de Emergência compõe-se de um elenco de projetos que, dentro das linhas supra-definidas, tenham atingido a um nível de elaboração que permita a sua imediata exequibilidade. Dentro da limitação da disponibilidade de projetos, procurou o Governo, neste Plano de ação imediata, obter uma distribuição harmônica de recursos, em termos regionais e setoriais, a ser aperfeiçoada pelo 1º Plano Quinquenal.

VI

OBJETIVOS E LINHAS GERAIS DO PLANO DE EMERGÊNCIA

A) Correção das condições aflitivas de vida.

De acordo com o objetivo de corrigir as condições aflitivas de vida, o Plano de Emergência sistematizou os diversos projetos em função dos desequilíbrios que estão nas suas origens.

O Governo empresta especial atenção aos desequilíbrios regionais. Procura dar todo apoio às agências e aos programas já organizados para a sua correção - como no caso do Nordeste - e criar as entidades que contribuam para remediar situações análogas em outras áreas do país. Assim, empresta o Governo a maior prioridade ao Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Nordeste, elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Além de assegurar as dotações internas previstas para a sua execução, o Governo busca os recursos para cobrir o "deficit" demonstrado pela programação. Voltou-se, também, para o problema do desequilíbrio de crescimento apresentado pelo sul do país, incluindo no plano recursos para financiamento de projetos nessa área, a cargo do Banco de Desenvolvimento do Sul do País, que ora se estrutura.

Para estudar e equacionar os problemas da região Centro Oeste do país, o Governo criou comissão semelhante - a CODECO. O estágio atual dos estudos dessa Comissão não permite, entretanto, a eleição de projetos concretos para inclusão no Plano de Emergência, mas o seu programa será objeto de atendimento no Plano Quinquenal.

A necessidade de um ataque imediato ao desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e industrial do país, aconselhou, por outro lado, que o Governo atribuisse a maior prioridade à solução dos problemas do aumento da produção e da mudança da estrutura agrária do país. Com esse sentido, evidenciando a amplitude de sua preocupação, determinou o Governo estudos para uma decisiva reforma agrária, e vem emprestando todo o apoio aos programas de exten-

são rural e crédito supervisionado, bem como à reorientação, para o setor rural, de ponderáveis disponibilidades do setor público.

No Plano de Emergência esse grave problema é contemplado sob os aspectos da colonização, da difusão do crédito rural, da produção de fertilizantes e do armazenamento. A abertura de novas regiões do país, a par das suas repercussões na oferta de produtos agrícolas, atende à necessidade de relocar excedentes de mão-de-obra, ora em ociosidade ou sub-utilização, principalmente nas regiões do Nordeste e Norte. A difusão do crédito rural visa a dinamizar o setor agrícola de forma a obter-se o desenvolvimento integrado do país. No Plano de Emergência procura-se esta difusão do crédito através de instituições que cumulem o benefício do crédito com a transmissão de tecnologia e o incentivo a formas associativas de produção, como as cooperativas.

A preocupação de corrigir este desequilíbrio estrutural conduziu a procurar os instrumentos de aperfeiçoamento do sistema de comercialização da produção agrícola, especialmente o armazenamento. O objetivo de tal política é o dar base estável à política de preços mínimos para agricultura, e simultaneamente garantir a regularidade dos fluxos de abastecimento urbano, estruturando a economia de subsistência que requer o processo de industrialização do país.

O setor, entretanto, em que as finalidades de ataque imediato às condições aflitivas de vida terão maior evidência é o das comodidades urbanas básicas. O Plano reconhece a sua generalizada inadequação, resultante das desordens no processo de urbanização. Daí a prioridade emprestada aos programas de águas e esgotos, saneamento, melhoria de áreas urbanas, transportes coletivos urbanos, e habitação. Uma das iniciativas a serem tomadas, neste domínio, será o equacionamento, em termos nacionais, de um plano de habitação popular, que traduzirá a compreensão do desenvolvimento democráti-

co como a generalização concreta do bem-estar social. Esse plano coordenará os progressos estaduais e regionais com o mesmo objetivo.

B) Correção do nível insuficiente dos investimentos em educação, tecnologia e saúde.

Neste setor, o Plano reconhece a importância da educação como condição para o processo de desenvolvimento e a íntima vinculação da programação a largo prazo com a formação, desde agora, dos quadros técnicos indispensáveis à tarefa de mudança de estrutura da economia brasileira. Contempla o Plano fórmulas novas de educação, como a Universidade de Trabalho, bem como a criação de meios para a intensificação dos esforços de educação em todos os níveis, e o ensino técnico. No que se refere à primeira dessas iniciativas, antecipa a profunda reforma que será necessário realizar nos quadros tradicionais do escalonamento do ensino brasileiro, procurando obter no âmbito das escolas profissionais o prolongamento do ensino que forme técnicos nos níveis de capacidade exigidos pelo desenvolvimento.

C) Ataque a problemas da infraestrutura

Os efeitos de maior profundidade do Plano Quinquenal são antecipados pelo início imediato ou ativação, que deverá ensejar o Plano de Emergência, de investimentos nos setores de infraestrutura - energia, transporte e indústrias básicas - no esforço de pôr fim aos pontos de estrangulamento da economia nacional.

PROJETOS INCLUÍDOS NO PLANO DE EMERGÊNCIA

NO QUADRO

DA SITUAÇÃO DOS RESPECTIVOS SETORES E DO
PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA DO GOVERNO FEDERAL

PLANO DE EMERGÊNCIA

(Projetos para execução imediata e carentes de financiamento)

Recursos complementares necessários

Dispêndios em

	<u>Cr\$ milhões</u>	<u>US\$ mil</u>	<u>US\$ mil</u>
--	---------------------	-----------------	-----------------

**I- PLANOS REGIONAIS DE
DESENVOLVIMENTO**

1- PLANO QUINQUENAL DE
DESENVOLVIMENTO PA-
RA O NORDESTE

Déficit de recursos do
1º ano de execução 15.000 - 60.000

2- BANCO DE DESENVOLVIMEN-
TO DO SUL

Recursos para financia-
mento de empreendimen-
tos no Rio Grande
do Sul, Paraná e Santa
Catarina 1.000 - 4.000

II- COLONIZAÇÃO E PovoAMENTO

1- SPEVEA - Povoamento da
BR-14 900 - 3.600

2- Plano de Colonização do
Estado de Pernambuco 2.498 - 9.992

3- Plano de Colonização do
Estado do Rio Grande do
Sul 2.075 - 8.300

III- AGRICULTURA E PECUÁRIA

1- Plano de Melhoramento do
Gado Leiteiro e de Corte,
Suinocultura e Avicultura 3.750 - 15.000

2- Plano de Defesa Sanitária
dos Rebanhos 2.980 - 11.920

3- Plano de Produção de Se-
mentes Melhoradas 1.268 - 5.072

4- Banco Nacional de Crédi-
to Cooperativo 1.500 - 6.000

5- Caixa Econômica do Esta-
do de Minas Gerais 1.706 - 6.824

6 - Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo	500	-	2.000
7 - Frimisa - Matadouros e Frigoríficos	950	-	3.800
8 - Rêde de Armazéns e Silos do Paraná	500	-	2.000
9 - Rêde de Armazéns Gerais Ferroviários - Agef	800	-	3.200
10 - Frigorífico de Pôrto Alegre	230	376	1.296
11 - Instituto de Pesquisas Veterinárias	200	-	800
12 - Plano de Expansão Agrícola do Estado de São Paulo	9.555	-	38.220

IV - COMODIDADES URBANAS BÁSICAS

HABITAÇÃO

- Plano Nacional de Habitação 10.000 - 40.000

ABASTECIMENTO DÁGUA E ESGOTOS

1 - Serviços em 12 capitais	6.800	-	27.200
2 - Serviços em cidades de mais de 9.000 habitantes	4.500	-	18.000

DIVERSOS

1 - Tráfego ferroviário suburbano - Rio de Janeiro	-	26.000	26.000
- São Paulo e Belo Horizonte	-	5.900	5.900
2 - Combate à erosão em 22 cidades do Paraná	250	-	1.000

V - EDUCAÇÃO

1 - Universidade do Trabalho	2.000	-	8.000
2 - Ensino Universitário	500	-	2.000
3 - Livros e material de ensino	500	-	2.000
4 - Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul	286	130	1.274
5 - Escola Técnica de Parobé	210	360	1.200

VII- SAÚDE

1- Programa do Estado de Minas Gerais	1.804	-	7.210
2- Construção de Hospitais	2.000	-	8.000
3- Instituto de Pesquisas Biológicas do R.G.S.	180	80	680

VII- ENERGIA

1- Belém-Usina e rede de distribuição	150	-	600
2- Manaus-Usina e transmissão	800	-	3.200
3- Mato Grosso- Centrais Elétricas de Mato Grosso	1.200	800	5.600
4- Guanabara- linha de transmissão Guarulhos a São Jose dos Campos	1.000	6.300	10.300
5- Espírito Santo - Usina Suiça	830	1.500	4.820
6- Minas Gerais-CEMIG- linhas de transmissão	900	-	3.600
7- Paraná-Programa de eletrificação	700	-	2.800
8- R.G. do Sul- Plano de Eletrificação	1.211	19.930	24.774

VIII- TRANSPORTES

1- Plano Quinquenal de obras Rodoviárias-aquisição de máquinas rodoviárias	1.250	30.000	35.000
2- Rede Ferroviária Federal -aquisição de 150 carros	2.800	-	11.200
3- Marinha Mercante- importação de partes complementares para a construção de navios	-	15.000	15.000

IX- INDÚSTRIAS BÁSICAS

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	10.000 95.253	-	40.000 106.376
			487.388

**I - PLANOS REGIONAIS DE
DESENVOLVIMENTO**

1. Plano Quinquenal do Desenvolvimento para o Nordeste: Plano organizado pela SUDENE para o período de 1961/1965, compreende um conjunto de projetos, que podem ser grupados em 4 itens:

- a) criação de uma infraestrutura econômica como pré-requisito para o desenvolvimento;
- b) transformação da estrutura agrária de forma a abrir novos horizontes para a imensa maioria da população que vive nos campos;
- c) execução simultânea de um conjunto de projetos de tipo social, visando a possibilitar uma mudança sensível nas condições de vida das populações urbanas, a prazo relativamente curto;
- d) intensificação dos investimentos industriais, com vistas a transformar permanentemente a estrutura de emprêgo com elevação geral da produtividade;
- e) formação dos quadros técnicos indispensáveis ao desenvolvimento da região.

PLANO QUINQUENAL PARA O NORDESTE

RESUMO DOS DISPÊNDIOS PROGRAMADOS -

	<u>Cr\$ milhões</u>
I - COLONIZAÇÃO	26.351
II - AGRICULTURA	16.941
III - PESCA	2.261
IV - ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO	3.700
V - COMODIDADES URBANAS BÁSICAS	28.457
Recuperação de áreas urbanas	1.500
Habitação	5.000
Abastecimento d'água e esgotos	17.457
Transportes urbanos	4.500
VI - EDUCAÇÃO	9.550
A Transportar	87.260

	<u>Cr\$ milhões</u>
Transporte	87.260
VII - ENERGIA ELÉTRICA	55.836
VIII - TRANSPORTES - Rodovias	89.393
IX - INDÚSTRIA TÊXTIL	<u>5.674</u>
TOTAL	238.163

A relação dos projetos incluídos no Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Nordeste é a seguinte:

I - COLONIZAÇÃO

1 - Povoamento das terras públicas ao longo da BR-22, entre Curva Grande e Maracassumé - Maranhão

Objetivo - ocupação das terras como base para um plano de povoamento do vale do Gurupé, até alcançar a estrada Belém-Brasília. Prevê a localização de 25.000 famílias, e de acordo com a experiência adquirida poderá ser multiplicado.

Prazo de execução: 5 anos

Orçamento: Cr\$18.601 milhões

2 - Transformação da estrutura agrária da zona açucareira.

Objetivo - reformar a estrutura da principal zona agrícola do Nordeste, interessando os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, visando a estabelecer uma agricultura de unidades familiares capaz de (a) melhorar as condições de vida do trabalhador rural, (b) aliviar as tensões sociais crescentes na região, (c) permitir à economia canavieira beneficiar-se com o avanço da tecnologia, e (d) aumentar a oferta de alimentos na região. O projeto pretende a irrigação de 100.000 hs de terras, aumentando a produtividade da agricultura da cana e liberando terras para a agricultura de subsistência.

Prazo de execução: 5 anos

Orçamento: Cr\$5.810 milhões

3 - Abastecimento dos grandes centros urbanos

Objetivo - aproveitamento de terras públicas situadas na faixa úmida do Nordeste Oriental (Estados de Alagoas, Paraíba e

Pernambuco) para desenvolvimento de agricultura de subsistência destinada ao abastecimento das concentrações urbanas desta região.

Área aproveitada: 17.444 ha.

Prazo de execução : 5 anos.

Orcamento: Cr\$ 940 milhões

4- Colonização do Sul da Bahia

Objetivo - Ainda em fase de elaboração, o projeto visa o povoamento de região dotada de excelentes reservas florestais, próxima da região Centro-Sul, à qual será ligada pela rodovia - BR-5. A área do projeto será localizada entre o povoado de Escondido e a fronteira do Estado do Espírito Santo, e poderá absorver os excessos de população do Estado da Bahia. A organização a ser criada mediante a cooperação da Sudene com o Estado - da Bahia deverá em breve ser auto-financiável pelo aproveitamento das reservas florestais.

Prazo de execução : 5 anos.

Orcamento: estimado para recursos iniciais: Cr\$ 1 bilhão

II - AGRICULTURA

1- Irrigação das bacias dos açudes

Objetivo: Obter maior estabilidade da produção de alimentos na zona semi-árida, mediante a irrigação de 89 mil hectares, pelo aproveitamento de águas já represadas e não aproveitadas.

Prazo de execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 7.823 milhões

2- Estudos de recursos naturais na região do sub-médio S. Francisco

Objetivo: Estudos e levantamentos em área de 60.000km² para planejar a sua irrigação

Prazo de Execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 511 milhões

3- Irrigação na sub-bacia do Rio Grande

Objetivo: Irrigação de 22.500 ha de terras próximas à cidade de Barreiros.

Prazo de Execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 2.250 milhões

4- Recuperação e melhoramento de terras no baixo São Francisco

Objetivo: Recuperação e melhoramentos em 18.500 ha, pela construção de dragas de proteção e canais de irrigação; instalação de bombas de irrigação.

Prazo de Execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 874 milhões

5- Estudo integrado dos recursos naturais da bacia do Jaguaribe

Objetivo: Estudo dos recursos hidrológicos e agrícolas da bacia do Jaguaribe, com vistas à sua utilização em programa de desenvolvimento integrado na região.

Prazo de execução: 3 anos

Orcamento: Cr\$ 490 milhões

6- Desenvolvimento integrado do vale do rio Parnaíba

Objetivo: estudo dos recursos hidrológicos e agrícolas da bacia do Parnaíba para sua utilização em programa de desenvolvimento integrado da região. Construção da barragem de Boa Esperança.

Prazo de execução: 2 anos

Orcamento: Cr\$ 4.993 milhões

III - PESCA

I- Fomento à indústria da pesca

Objetivo: Desenvolvimento da pesca, pelo recondicionamento de 6 entrepostos, aumento de capacidade de estocagem e produção de gelo; funcionamento da aquisição de 250 motores, 500 barcos de pesca, e 15 navios de pesca; cais de pesca para Salvador, Fortaleza e São Luiz; estudos oceanográficos, treinamento de pes-

soal, financiamento de empresas privadas:

Prazo de execução: 3 anos

Orcamento: Cr\$ 2.261 milhões

IV - ARMAZENAMENTO E ABASTECIMENTO

1- Armazéns, silos, frigoríficos, mercados centrais e mercados expedidores rurais

Objetivo-Construção de 56 armazéns, 3 mercados centrais, mercados expedidores rurais, e manutenção de estoques de emergência para épocas de seca.

Prazo de execução: 2 anos

Orcamento: Cr\$ 3.700 milhões

V- COMODIDADES URBANAS BÁSICAS

1 Recuperação de áreas urbanas - Salvador e Recife

Objetivo - Atérro hidráulico de 2,1 km² em Salvador e 4,3 km² em Recife de terrenos alagados onde se agrupam, sem um mínimo de condições sanitárias e habitacionais, cerca de 100.000 pessoas. Incorporação dessas áreas à parte habitável das cidades, eliminando focos de insalubridade e corrigindo as condições affitivas de vida as populações que ali se encontram.

Orcamento: Cr\$ 1.500 milhões

2- Habitações populares

Objetivo: financiamento para as novas indústrias do Nordeste construirem habitações para operários.

Prazo de execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 5.000 milhões

3- Abastecimento d'água e esgotos

Objetivo: Adequação ou instalação das facilidades de água e esgotos nas cidades do Nordeste:

- abastecimento d'água e esgotos em 9 capitais
- abastecimento d'água em 303 cidades
- construção de 403 chafarizes em 9 capitais

Orcamento: Cr\$ 17.457 milhões

4- Transportes urbanos

Objetivo: Reaparelhamento e recuperação dos serviços de transporte urbano nas cidades do Nordeste:

- expansão dos serviços de "trolleybus" em Recife
- recuperação e expansão do mesmo serviço em Salvador
- Fundo de Financiamento da aquisição de ônibus diesel
- expansão dos serviços de 13 cidades

Orcamento: Cr\$ 4.500 milhões

VII- EDUCAÇÃO

1- Reequipamento das Universidades e Estabelecimentos de Ensino Superior do Nordeste

Objetivo: Reequipamento técnico e melhoria do ensino superior, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento.

Prazo de execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 9.550 milhões

VIII- ENERGIA ELÉTRICA

1- Plano de expansão da Cia. Hidrelétrica do São Francisco.

Objetivo: Elevação da potência instalada em Paulo Afonso para 790.000 kW; construção de 7.713 km de linhas de transmissão; refôrço de instalação da rede de distribuição em 163 localidades.

Prazo de execução: 5 anos.

Orcamento: Cr\$ 52.618 milhões

2- Unidades diesel - em pequenas comunidades

Objetivo - instalação de geradores diesel em 473 pequenas comunidades situadas a distâncias que não justificam a extensão de linhas de transmissão, quer no presente, quer no futuro próximo. Oerca de 1.200.000 pessoas poderão, assim, dispor de um mínimo de eletricidade.

Orcamento: Cr\$ 3.218 milhões

VIII- TRANSPORTES

1- Plano Rodoviário Federal

<u>Objetivo:</u> implantação básica	3.108 km
melhoramentos	1.200 km
melhoramentos para pavimentação	1.298 km
pavimentação	4.707 km
ponte rodo-ferroviária sobre o rio São Francisco	

Prazo de execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 52.911 milhões

2- Planos Rodoviários Estaduais

Objetivo: implantação e melhoramentos em 7.687 kms e pa-
vimentação de 3.229 kms.

Prazo de execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 36.163 milhões

IX- INDÚSTRIA

1- Reaparelhamento da Indústria têxtil

Objetivo: financiamento da aquisição de máquinas para
modernização da indústria têxtil.

Orcamento: Cr\$ 5.674 milhões.

Do total de Cr\$ 238 bilhões, a SUDENE conta com Cr\$ 135
bilhões, na quase sua totalidade constituído de dotações orçamen-
tárias federais. Esse total compreende também Cr\$ 23,3 milhões de
recursos estaduais para obras rodoviárias, Cr\$ 226 milhões do Fun-
do Especial das Nações Unidas e Cr\$ 100 milhões da Cooperação Téc-
nica francesa.

O déficit de recursos para a execução do Plano é de
Cr\$ 127,2 bilhões durante os 5 anos de sua execução, e o Plano foi
incluído p/ seu total no Programa de Emergência, prevendo-se uma im-
portância para o financiamento do déficit de recursos para o pri-
meiro ano de sua execução, no montante de Cr\$ 15 bilhões;

2) Desenvolvimento da Região Sul do País - Por iniciativa dos
Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná está sendo

estruturada uma organização que promoverá o desenvolvimento do Sul do país, com o apoio do Governo Federal. A fim de proporcionar recursos para o financiamento de projetos nessa região, o Plano de Emergência incluiu uma importância de Cr\$ 1 bilhão, destinada a reforçar a capacidade do Banco do Desenvolvimento da Região Sul, ora em organização.

II- COLONIZAÇÃO

Os projetos incluídos no setor de colonização são:

- a) no plano federal, além daqueles constantes do Plano Quinquenal para o Nordeste, o projeto da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) para orientar o povoamento da BR-14 (Belém-Brasília);
- b) no plano estadual, o projeto do Estado de Pernambuco e do Estado do Rio Grande do Sul.

1- SPEVEA- Povoamento da BR-14 (Belém-Brasília)

Objetivo: Conduzir tecnicamente a ocupação da faixa da BR-14 (Belém-Brasília) no trecho da floresta amazônica compreendida entre Guaná, no Estado do Pará e Imperatriz, no Estado do Maranhão. A abertura da rodovia está provocando a ocupação desordenada da área, cujas características exigem utilização racional que evite o desflorestamento e a degradação do solo. O projeto visa, concomitantemente, o aproveitamento racional dos recursos naturais, especialmente da floresta, prevendo a instalação de ... 3.000 famílias.

Prazo de execução: 5 anos

Orcamento: Cr\$ 1.500 milhões

Recursos: Cr\$ 600 milhões, da SPEVEA

Recursos complementares necessários: Cr\$ 900 milhões.

2- Plano de Colonização do Estado de Pernambuco

Objetivo- O Estado de Pernambuco organizou sociedade de economia mista com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura e da colonização do Estado. O Plano prevê a localiza-

ção de 5.000 famílias, como experiência para um plano de maiores proporções.

Prazo de execução: 3 anos

Orcamento: Cr\$ 6.060 milhões

Recursos: Do Estado - Terras e recursos para financiamento.

Recursos complementares necessários: Cr\$ 2.498 milhões

3- Plano de Colonização do Estado do Rio Grande do Sul

Objetivo: Implantação de 30 núcleos agrícolas supervisionados, com 1.500 colônias, numa área de 51.000 ha. A localização será a seguinte: 4 no litoral, 2 na depressão central, 12 na serra e 12 na fronteira.

Prazo de Execução: 2 anos

Orcamento: Cr\$ 3.072 milhões

Recursos: 25% do Estado e 8% dos interessados na aquisição de colônias.

Recursos complementares necessários: Cr\$ 2.075 milhões.

ASPECTOS E PROBLEMAS DA ECONOMIA AGRO-PECUÁRIA DO BRASIL

De uma área total de 847 milhões de hectares, tem o Brasil presentemente 24,44 milhões de hectares em cultivo permanente ou temporário e cerca de 120 milhões de hectares em pastagens. A área restante é constituída de terras cobertas por matas ou florestas, incultas ou improdutivas.

Tomando-se por base o total da área cultivada no Brasil, a cada pessoa ocupada na agricultura corresponde no momento cerca de 2,5 hectares, quando, em 1940, era de 1,31 hectares e, em 1950, de 1,80. Apesar do crescimento verificado, esse índice ainda é baixo quando confrontado com outros países.

Nos últimos anos, a agricultura não vem acompanhando o ritmo de desenvolvimento do país. A taxa de expansão da atividade agropecuária comparada à do Produto Total e da atividade industrial revela não só posição inferior como também acentuada irregularidade, consequência, ainda, de um padrão tecnológico relativamente baixo subsistente em grandes áreas do meio rural, tornando a atividade agrícola estreitamente dependente dos fatores climáticos. Por outro lado, enquanto a oferta agrícola não vem aumentando em ritmo satisfatório, a procura de alimentos se expande em rápida progressão.

O desnível entre a renda "per capita" da população rural e da urbana é apreciável. Embora fenômeno semelhante ocorra em países mais avançados, de elevada renda individual, o desnível é bem menos acentuado do que o observado no Brasil: em 1959, a renda per-capita da população rural era 3,4 menor do que a urbana e suburbana.

A produção agropecuária brasileira apresenta-se extremamente diversificada com numerosas culturas e criações que

se adaptam aos vários tipos de climas e solos encontrados no país. A exploração agrícola se processa em solos de grande, média e pequena fertilidade e em climas que vão da zona tórrida à temperada, com precipitações pluviométricas variáveis de menos de 500 a mais de 2.500 mm.

As diversas condições ecológicas existentes permitem ao Brasil produzir quase todo o necessário à alimentação do povo e ao suprimento das indústrias dependentes de matérias-primas agropastoris.

Agricultura: A despeito de sua importância e variedade, uma das principais características da produção agrícola é a grande flutuação das safras, fazendo com que a anos de abundância se sucedam anos de escassez de produtos agrícolas.

O volume físico total da produção agrícola não é bom índice para a apreciação da situação da agricultura no país. Influí "fortemente a evolução de determinados produtos de exportação, notadamente o café, estreitamente relacionado à conjuntura do mercado externo. Por essa razão, é imprescindível distinguir a produção destinada ao mercado interno (produtos alimentares e matérias-primas) dos produtos de exportação. É sabido, por outro lado, que o setor da agricultura brasileira mais bem organizado se acha, de um modo geral, voltado para os grandes produtos de exportação e matérias-primas, para os quais os investimentos são canalizados em maior escala, ao passo que a produção alimentar é, em regra, subsidiária daquela.

Em confronto com as taxas de crescimento demográfico e do aumento da renda "per capita", a produção alimentar mostrou-se deficitária no último quinquênio. Em 1954, a produção alimentar apresentou um aumento satisfatório de 9,3%. No ano seguinte, o incremento foi mais reduzido: + 4,5%, verificando-se na sa-

fra imediata um decréscimo no cômputo global de 0,4%, para elevar-se em 1957 de 9,7% e experimentar nova redução de 4,4%, em 1958. A safra de 1959 apresentou uma pequena expansão de 3,9%. A soma algébrica dos incrementos entre 1953 e 1959 resulta numa expansão de 22,6%. No mesmo período a população cresceu de 14,8% e a renda "per capita" de 23,2%. Se admitirmos um coeficiente de elasticidade médio igual à unidade, e, por conseguinte, adicionarmos os dois fatores condicionantes de maior procura - aumento da população e da renda real "per capita" - a situação mostra-se francamente desfavorável no setor alimentar.

De outro lado, em 1959, a exportação alcançou cerca de 1 282 milhões de dólares, abrangendo os produtos agrícolas 85% do total. No mesmo período, a importação de produtos agrícolas representava apenas 12,3% do total, com cerca de 170 milhões de dólares, salientando-se sobremodo a importação de trigo com aproximadamente 130 milhões de dólares.

As estatísticas referentes ao pessoal ocupado nas atividades agropecuárias revelam que o seu total era de 11 340 000 em 1940, 10 960 000 em 1950, e, atualmente, estimado entre 9 e 10 milhões. No período de 1949 a 1958, o produto bruto agrícola subiu de 100 a 142. Esse desenvolvimento se deveu ao aumento da área cultivada, que passou de 19 095 milhões de hectares em 1950, para 24 440 em 1959, isto é, de 100 para 127 e à expansão da pecuária. Influiu, também, no desenvolvimento da agricultura o maior uso de adubos e de maquinaria agrícola, bastando citar que o número de tratores, de 8 372 em 1950, é estimado hoje em 60 000.

A comparação dos índices de produtividade por hectare das nossas principais culturas nos dois últimos decênios, prova que não tem havido sensível progresso nesse particular. Os rendimentos culturais variam mais em função da fertilidade dos solos e das condições climáticas que dos avanços tecnológicos.

Pecuária - A área coberta por pastagens no Brasil era, em 1957, de 107,63 milhões de ha, correspondendo a 1,5ha para cada bovino existente ou 0,66 ha para cada cabeça, se considerarmos o efetivo dos nossos principais rebanhos em conjunto (bovinos, equinos, asininos, muares, suíños, caprinos e ovinos).

A produção de carne bovina passou de 780 000 toneladas em 1939 para 1 260 000 em 1959, ou, em números índices, de 100 para 160,3. No mesmo período a população nacional cresceu de 100 para 159,4. Não puderam, assim, ser atendidas sequer as necessidades da melhoria dos padrões alimentares, não havendo, por conseguinte, possibilidades de exportação. A explicação se encontra no baixo desfrute anual do rebanho, que atingiu a média de 11% no período de 1939 a 1959, no reduzido rendimento em carne por animal abatido, e na idade média de abate.

Nota-se, por outro lado, um crescimento firme do rebanho leiteiro, bem como do suíno (em 1958, 96.823.000 cabeças). O rebanho avícola nacional, entretanto, exige medidas imediatas de progresso técnico - somente em 10% se constitui de aves de raça, com boa produtividade, sendo os 90% restantes de plantéis inferiores, criados por processos rotineiros.

Recursos naturais renováveis: Da devastação permanente a que vêm sendo submetidas as matas brasileiras, desde os primeiros tempos da colonização, seguida da exploração das terras em bases rudimentares e imediatistas, com predominância da monocultura, resultou e continua a resultar o desgaste do solo agricultável, cuja capacidade produtiva decresce dia a dia. Esse fato, agravado pela condição topográfica accidentada de, pelo menos, 3/4 partes das terras trabalhadas, favorecendo a ação contínua da erosão, tem reflexos negativos no regime das águas, na preservação da flora e da fauna, além de afetar o clima pela desregularização da distribuição das chuvas.

O desmatamento do país vem sendo acelerado nos últimos anos, com especialidade nas zonas novas do Paraná, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo, face à corrida de agricultores à procura de terras mais férteis e à exploração madeireira, com vistas ao suprimento da indústria.

Os três Estados e quatro Territórios do extremo norte do país, com área total de 3 906 421 km², tiveram seu revestimento florestal reduzido de 3 071 539 km² (78,6%) em 1911 para 2 709 355 km² (69,3%) em 1947. O desmatamento moderado observado na região norte, de penetração ainda difícil e população extremamente rarefeita, em confronto com o desmatamento acelerado das regiões mais populosas do nordeste, centro e sul do país, dá idéia bastante clara da relação existente entre o homem e o desaparecimento das matas.

Estrutura Agrária: - Os problemas decorrentes da atual estrutura agrária e a complexidade das causas que os determinam têm desafiado as autoridades e os estudiosos, desde alguns anos.

No exame da situação do meio rural brasileiro não seeria possível deixar de focalizar a estrutura agrária como um dos aspectos que, de fato, interferem no desenvolvimento econômico-social das populações do interior.

Em face da complexidade dessa questão e dado que, pela natureza deste trabalho, não se pretende abordá-la em profundidade, cabe apenas indicar, à base dos dados estatísticos, os elementos que mais se destacam na caracterização do problema.

A análise dos aspectos da economia agropecuária brasileira permite configurar alguns de seus traços característicos e os principais problemas que condicionam o seu progresso:

- 1) quanto à exploração agropecuária:

- a) baixos índices de produtividade, resultando que o crescimento vegetativo da produção seja decorrente da expansão das áreas contínuas;
 - b) baixo nível técnico da agricultura como consequência da não adoção de práticas de conservação do solo e do limitado emprêgo de fertilizantes, equipamentos agrícolas, produtos fitosanitários, e a falta do uso de boa semente, etc.;
 - c) limitada utilização, pelos produtores, dos resultados obtidos na experimentação e pesquisa agropecuárias decorrente, em grande parte, da falta de divulgação agrícola mais efetiva;
 - d) falta de conhecimentos adequados sobre administração de empresa rural ;
- 2) quanto a recursos naturais renováveis:
- a) desmatamento desordenado e progressivo, seguido de agricultura empírica e imediatista, que resulta na perda da capacidade produtiva do solo, um dos principais fatores do baixo rendimento da agricultura;
 - b) baixo poder de retenção de água pelo solo e diminuição dos lençóis d'água subterrâneos, consequente da falta de revestimento natural do solo e de boas práticas conservacionistas;
- 3) quanto ao rendimento do trabalho do homem:
- a) baixa produtividade da mão-de-obra rural, por falta de capacidade, experiência e condições físicas do homem, bem como das inadequadas características de fertilidade e topografia do solo e de clima;

b) a deficiência de assistência técnica e de recursos financeiros que possibilitam a aquisição e utilização de equipamentos agrícolas e métodos racionais, também contribuem para o baixo rendimento da mão-de-obra rural;

4) quanto à estrutura agrária:

- a) excessiva subdivisão da propriedade, particularmente no Nordeste, e na zona colonial do Sul, gerando o minifúndio anti-econômico;
- b) predominância de latifúndios improdutivos em áreas de baixa densidade demográfica;
- c) problemas legais referentes à titulação da propriedade da terra e às relações entre proprietários e parceiros ou arrendatários;

5) quanto ao crédito rural:

- a) insuficiência de recursos destinados ao crédito rural;
- b) deficiência de penetração da rede bancária no meio rural;
- c) desatualização da legislação referente ao crédito rural;
- d) carência de pessoal habilitado à aplicação do crédito;

6) quanto à comercialização de produtos agropecuários:

- a) precário sistema de comercialização de produtos agropecuários;
- b) falta de um serviço de informação sobre a situação de mercados que possibilite ao produtor a melhor colocação de seus produtos;

- c) capacidade de armazenamento insuficiente dificultando maior expansão do financiamento de produtos agropecuários;
- d) precárias condições de armazenamento e conservação de produtos agropecuários na propriedade, causando vultosas perdas ao produtor.

II - Esforço governamental de apoio às atividades agropecuárias

O esforço do Governo se dirige no sentido de definir uma política que permita o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos setores agropecuário e industrial, de maneira a obviar o desnível ora existente entre ambos, com os reflexos desfavoráveis evidenciados no processo de crescimento do país, tanto nos grandes centros urbanos quanto no meio rural.

A orientação governamental compreende medidas a curto prazo e a longo prazo, dirigidas fundamentalmente à:

- a) produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para o consumo interno;
- b) produção de gêneros e matérias-primas para exportação.

Para alcançar êsses objetivos o Governo vem adotando providências de ordem administrativa, técnica, financeira, econômica e social, consubstanciadas principalmente em:

- 1) reaparelhamento e dinamização dos órgãos federais aos quais incumbe a assistência às atividades agropecuárias, particularmente o Ministério da Agricultura, que deverá assumir, realmente, a política agrícola nacional;

- 2) garantia de preços mínimos para alguns produtos, de modo a remunerar condignamente as atividades dos agricultores e assegurar as necessidades do abastecimento do país.

Como primeira etapa foram baixados os decretos ns. 50 411, de 5 de abril de 1961 e 50 634, de 24 de maio de 1961, assegurando preços mínimos para arroz, feijão, milho, amendoim, soja e algodão em bases realistas e atualizadas.

- 3) Reformulação da política de crédito rural, de modo a promover sua descentralização, desburocratização e maior difusão visando principalmente a atender pequenos e médios produtores.

Para tal fim, o Governo fixou novas diretrizes, normas e instruções, que prevêm a articulação do crédito com a legislação de preços mínimos e os serviços de assistência técnica. Criou, ainda, o Grupo Executivo de Coordenação do Crédito Rural no país - GECRE, com a função precípua de disciplinar o planejamento e a orientação das atividades de financiamento à agricultura nacional (Decreto nº 50 657, de 20 de maio de 1961).

- 4) Reexame da Rede Nacional de Armazéns, Silos e Frigoríficos, de modo a implantar um Sistema que atenda, efetivamente, às reais necessidades da produção e consumo (Decreto nº 50 466/61).

- 5) Estímulo à mecanização da agricultura, mediante atendimento das atuais necessidades, pela importação de maquinaria especializada e, concomitante -

mente, implantação, no país, da indústria de equipamentos agrícolas, principalmente tratores, (Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias - GEIMAR).

- 6) Incremento do seguro agrícola, mediante estudos procedidos por Grupo de Trabalho - Memorando Presidencial nº 69 de 26.4.61.
- 7) Estudos para a definição de uma política de uso social da terra, compreendendo aspectos de ordem jurídica, fiscal, creditícia, de assistência social e tecnológica, que deverão ser encaminhados ao Congresso Nacional, com Mensagem do Poder Executivo (Grupo de Trabalho criado pelo memorando Presidencial de 18.4.61.)
- 8) Aprovação do Plano Quinquenal do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, visando à execução de programa de assistência técnica e educacional às famílias rurais, notadamente de pequenos e médios produtores (Decreto nº 50.632, de 19 de maio de 1961).

Além dessas medidas, outras estão sendo adotadas, pelo Governo, no sentido de definir a sua orientação relativamente a determinadas culturas consideradas como de grande significação econômica, tais como a do trigo, cana de açucar, borracha, juta, babaçú, pesca, reflorestamento etc.

Por outro lado, Grupos de Trabalho examinam a reformulação das bases de setores fundamentais da estrutura técnico-administrativa do Governo, no setor da agricultura, buscando organizar e recomendar providências de longo alcance, mormente no que respeita a preparar as instituições de pesquisa, ensino,

fomento e extensão agropecuárias, para que fiquem capacitadas, no que lhes compete, a execução eficientemente os planos da política agrícola nacional.

Pode ser ainda ressaltado que o Ministério da Agricultura, embora não contando com um plano global e sistemático, a longo prazo, que discipline a sua atuação, promove e estimula uma série de Campanhas específicas tendentes a obter o aumento da produção e da produtividade agropecuária. Entre estas, destacam-se as relativas e forrageiras, combate a doenças e pragas de animais e plantas, desenvolvimento do cooperativismo etc.

Como ponto de partida para a execução das tarefas de dinamização e coordenação dos assuntos relacionados à produção agropastoril, o Governo instituiu, através do Decreto nº 50 740, de 7 de junho de 1961, a Comissão de Amparo à Produção Agropecuária - CAPA, cujas finalidades são as de sugerir medidas administrativas ou legislativas para:

- a) promover o fomento e aperfeiçoamento da produção agropecuária nacional;
- b) coordenar a política de preços mais condizentes com o custo da produção agropecuária;
- c) fixar normas para o financiamento da produção;
- d) fazer com que seja cumprida, em todo o território nacional, a legislação relacionada com a defesa e o fomento da produção agropecuária;
- e) facilitar e incrementar a exportação dos produtos agropecuários.

Apesar de algumas medidas antes mencionadas serem de longo alcance, o Governo considera essencial, a elaboração do Plano Quinquenal, o qual abrangerá, juntamente com os demais setores da atividade econômica, o setor agropecuário, como fator importante ao progresso do país.

III - Alguns Projetos em Elaboração

Tendo em vista atacar problemas que afetam a eficiência dos órgãos e programas nacionais de assistência ao meio rural, o Ministério da Agricultura está procurando elaborar um conjunto de projetos que venham, a longo prazo, promover modificações institucionais na estrutura dos serviços, e a curto prazo, provocar um impacto importante no aumento da produção agropecuária. Pretende o Governo incluir no seu planejamento quinquenal os seguintes projetos:

- Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesquisa Agrícola (vegetal e animal).
- Plano Nacional de Desenvolvimento do Ensino Agrícola (superior e médio).
- Plano Nacional de Conservação dos recursos naturais.
- Plano Nacional de Melhoramento do Gado Leiteiro e de Corte, Suinocultura e Avicultura.
- Plano Nacional de Produção de Sementes Melhoradas
- Plano de Assessoramento e Assistência Técnica em Assuntos de Economia Rural.
- Plano Nacional de Treinamento em mecanização
- Plano Nacional de Treinamento de Pessoal para Extensão Rural.
- Plano de Desenvolvimento de uma Área Demonstrativa Regional (Bacia do Paraíba).

Todos êsses projetos terão um prazo de execução de 5 anos, e o seu custo total está estimado em Cr\$ 56 bilhões para o quinquênio.

Projetos incluídos no Plano de Emergência

No setor de Agricultura, os seguintes projetos são incluídos no Plano de Emergência:

1) Plano Nacional de Melhoramento do Gado Leiteiro e de Corte, Suinocultura e Avicultura.

Produção de leite e derivados: elevar para 140 gramos por dia em 1965 o consumo per capita de leite em natura; elevar a produção média por ano por vaca.

Rebanho bovino de corte: elevar a eficiência reprodutiva do rebanho de corte; redução da idade no abate atendendo ao tipo reclamado pela indústria; melhoramento zootécnico, para alcançar melhores índices de capacidade produtiva sobretudo ganho de peso; elevar o número de cabeças por unidade de área. Sob esse aspecto, serão conduzidas atividades e melhoria da alimentação do gado. Atividades complementares, relacionadas com o transporte e industrialização do gado, serão também objeto de particular atenção nesse Projeto.

Rebanho Suíno e Produtos derivados: assistência direta aos criadores através de planejamento da exploração, orientação sobre manejos e alimentação; incentivo ao comércio de produtores, zoneamento da produção, treinamento para criadores etc.

Avicultura: desenvolver programas de financiamento visando à instalação de aviários em condições econômicas satisfatórias; promover estudos e dar assistência técnica para a produção de rações balanceadas, assistir e estimular empreendimentos para a instalação de frigoríficos e abatedouros para estocagem de produtos avícolas visando à regularidade do abastecimento principalmente nos períodos de entre-safra; elevar a

média de produção de ovos por ave, reduzir a idade de abate.

Orçamento: Cr\$ 7.500 milhões em 5 anos.

Recursos necessários: Cr\$ 3.750 milhões.

2) Plano Nacional de Defesa Sanitária dos Rebanhos

Objetivo:

A programação de atividades prevista para execução do Plano concentra especialmente sua atenção na dinamização dos serviços existentes de defesa dos rebanhos e na instalação e funcionamento de laboratórios para diagnóstico de doenças, e fabricação de produtos biológicos; postos de vigilância sanitária animal inclusive postos de fiscalização de fronteira e infecções veterinária dos Portos; postos de desinfecção de vagões; lazaretos quarentenários de exportação e importação.

Deverão ser desenvolvidos serviços de assistência direta aos criadores, através de vacinação, promoção de campanhas educativas e de divulgação. O Plano prevê, ainda, a contratação de especialistas (principalmente veterinários) e seu respectivo treinamento. Objetiva, finalmente, a reestruturação dos serviços atuais visando à modernização de métodos e eficiência administrativa.

Orçamento: Cr\$ 5.840 milhões em 5 anos

Recursos necessários: Cr\$ 2.980 milhões.

3) Plano Nacional de Produção de Sementes Melhoradas

Objetivo: (1) Organizar e aumentar a produção de sementes no Brasil; (2) organizar e instalar unidades de beneficiamento e laboratórios de sementes; (3) estabelecer legislação especial, normas técnicas e mecanismo para desenvolver a produção de semente em larga escala, por particulares.

Orcamento: Cr\$ 2.537 milhões em 5 anos.

Recursos necessários: Cr\$ 1.268 milhões.

4) Banco Nacional de Crédito Cooperativo

Objetivo: Expansão do crédito rural supervisionado a través da dinamização das 4.353 cooperativas existentes no país, e incentivo à criação de novas cooperativas.

Orcamento: Cr\$ 6 bilhões em 5 anos.

Recursos previstos: 50%, a serem fornecidos pelo Governo Federal.

Recursos necessários: Cr\$ 3 bilhões em 5 anos. O Plano de Emergência prevê o início do programa com o montante de Cr\$ 1,5 bilhões.

5) Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais

Objetivo: Expansão do crédito rural supervisionado no Estado de Minas Gerais, sistema em funcionamento com base na Caixa Econômica do Estado e a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural).

Orcamento: Mobilização de Cr\$ 5.287 milhões em 5 anos, sendo Cr\$ 3.287 milhões para crédito supervisionado e orientado, e Cr\$ 1.500 milhões destinado a ampliar o crédito para melhoria das condições das habitações e demais construções rurais.

Recursos necessários: Cr\$ 1.706 milhões, para utilização em dois anos.

6) Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo

Objetivo: Expansão do crédito rural supervisionado e administrado pelo referido Banco, mediante utilização do Fundo

de Crédito Rural criado pelo Estado do Espírito Santo.

Recursos necessários: Cr\$ 500 milhões, para utilização em dois anos.

7) FRIMISA - Frigoríficos de Minas Gerais S.A.

Objetivo: Completar o plano da Frimisa, que compreende a construção de 3 matadouros frigoríficos nas regiões produtoras de animal gordo e um estabelecimento de grande porte localizado nas proximidades de Belo Horizonte, que já opera em parte, suprindo os mercados de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Orcamento: Cr\$ 1.595 milhões.

Recursos necessários: Cr\$ 950 milhões.

8) Rede de Armazéns e Silos do Paraná

Objetivo: Construção de 36 armazéns com capacidade de 5 mil toneladas cada um, para armazenar a produção agrícola do Estado.

Orcamento - Cr\$ 800 milhões.

Recursos necessários - Cr\$ 500 milhões.

9) Rede de Armazéns Gerais Ferroviários S.A.,-- AGEF

Objetivo: Expansão das facilidades de armazenamento operadas pelo sistema ferroviário, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso.

Orcamento: Cr\$ 1.152 milhões.

Recursos necessários: Cr\$ 800 milhões.

10) Frigorífico de Pôrto Alegre

Objetivo: Construção de um frigorífico para frutas e tubérculos em Pôrto Alegre.

Orcamento: US\$ 376 mil e Cr\$ 389 milhões.

Recursos necessários: US\$ 376 mil e Cr\$ 230 milhões.

11) Instituto de Pesquisas Veterinárias

Objetivo - Ampliar de 3,8 milhões para 30 milhões de doses anuais e capacidade de produção de vacinas para combate às moléstias animais de maior incidência no país - febre aftosa, brucelose, peste suína e raiva.

Orcamento: Cr\$ 300 milhões

Recursos necessários: 200 milhões.

12) Plano de Expansão Agrícola e Revisão Agrária do Estado de São Paulo

Objetivo: promover o desenvolvimento ordenado da agricultura em São Paulo, mediante empreendimentos que visam: a) expansão e revisão agrária, pesquisa e investigação, assistência técnica, extensão rural e treinamento de pessoal; b) mecanização, imigração e conservação do solo e da água; c) armazenagem, ensilamento e comercialização.

Orcamento: Cr\$ 22.216 milhões, sendo Cr\$ 19.439 milhões em moeda nacional e US\$ 11,1 milhões em moeda estrangeira.

Prazo de execução: até fins de 1962.

Recursos mobilizados: Cr\$ 15.170 milhões.

Recursos adicionais necessários: Cr\$ 9.555 milhões.

IV - COMODIDADES URBANAS BÁSICASHABITAÇÃO

Segundo estimativas da Fundação da Casa Popular baseadas em dados e projeções dos censos de 1940 a 1950, o deficit atual de habitações, para uma população urbana e suburbana de .. 27.000.000, de habitantes é da ordem de, no mínimo 2 milhões de residências, tendendo para 3 milhões, se considerarmos que dessa população cerca de 33% vive em condições anti-higiênicas.

Qualquer estudo acerca da estrutura econômica e das condições sociais do Brasil deverá ter em conta tratar-se de um continente, pela sua extensão, e de um arquipélago, pela diferenciação particular de suas regiões.

A solução do problema habitacional deverá ser condicionada a essa diversidade de características regionais, econômicas e sociais.

Dentro dos critérios de habitabilidade adotados pela Fundação da Casa Popular, seriam as seguintes as percentagens de residências habitáveis das diversas regiões geográficas do Brasil:

	<u>Habitabilidade</u>	<u>Superlotação</u>
Norte	25%	22%
Nordeste	12%	25%
Leste	44%	12%
Sul	48%	25%
Centro-Oeste	17%	23%

O confronto de dados indica uma proliferação de "baracos" (Shacks) no Nordeste e de habitações coletivas - "Slums", no Sul.

Dados numéricos obtidos por pesquisas diretas, ainda incompletas, velam a existência dos seguintes números de "baracos" em "favelas":

	<u>Nº de Barracos</u>	<u>Percentagem da População</u>
No Rio de Janeiro	200.000	38%
Em Recife	100.000	50%
Em São Paulo	50.000	7%
Em Pôrto Alegre	20.000	17%
Em Belo Horizonte	15.000	12%

Considerando-se que a população brasileira cresce a uma taxa de 2,7% por ano, pode-se estimar em 260.000 casas o deficit anual de habitações, das quais 70% se destinam à famílias de baixo ou médio nível de renda.

A POLÍTICA HABITACIONAL DO GOVÉRNO

Para dirigir e coordenar a obra a que se propôs, no setor habitacional, o Govêrno Federal serviu-se, na execução de um plano a curto prazo, da Fundação da Casa Popular (FCP), entidade criada em 1946 (Decreto-lei 9 218, de 1º de maio de 1946) , com a finalidade de facilitar a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural. Em 14 anos de atividades construiu pouco mais de 17 000 residências populares, adjudicando-as, em venda, em prestações módicas, aos trabalhadores, sobre tudo aos de menor renda, com cinco ou mais dependentes. Pequeno é o acervo de seus trabalhos, portanto, como resultado sobretudo da insuficiente quantidade de recursos de que dispôs e da inflação, que a descapitalizou, dado que as prestações da venda de seus imóveis não puderam ser reajustadas por impedimento legal.

Tem a FCP, para a tarefa que lhe foi confiada, uma estrutura administrativa flexível, com pequeno número de funcionários, provida de organização nacional, com agências distribuídas em todo o território do País. Possui, em virtude de doações que recebeu, apreciável número de terrenos, prontos para serem edificados. Para cumprimento do plano de emergência, ou de curto pra-

zo, a que se aludirá, poderá mobilizar ainda neste ano, bens e dinheiro, no valor de mais de três bilhões de cruzeiros, que à taxa de Cr\$.. 250,00 por dólar, equivalem a dez milhões de dólares.

Para efetivar um Plano a longo prazo de construções populares, de finalidade social, julgou o Governo ser insuficiente a FCP, dados os pequenos recursos ordinários de que pode vir a dispor. Cuidou de criar, por isso, na forma da mensagem remetida ao Congresso, um organismo novo, o Instituto Brasileiro da Habitação, em substituição e como sucessor da Fundação da Casa Popular (art.23). Como expressamente alude a mensagem presidencial, objetiva-se, com a medida, estruturar uma política habitacional, dotando-se a nova entidade de recursos que poderão alcançar, no primeiro ano, se aprovados pelo Congresso todos os novos tributos recomendados, quinze bilhões de cruzeiros, equivalentes a 60 milhões de dólares. Nos anos subsequentes, prevê-se aumento mínimo de 15% anual nas suas rendas.

Além desses recursos, o IBH aplicará capitais provenientes de empréstimos compulsórios e voluntários, com emissão de títulos de dívidas reajustáveis de acordo com o índice de desvalorização da moeda.

Para evitar a descapitalização de suas rendas provenientes das casas construídas, como ocorreu com a FCP, as prestações dos contratos de promessa de compra e venda serão anualmente reajustadas de acordo com a desvalorização da moeda. Enquanto não se normalizar a conjuntura monetária, o IBH terá a garantia, com o mecanismo previsto, de reinversões de rendas, construindo novas unidades, com o produto real de suas inversões.

A política habitacional do Governo foi definida no projeto de diploma legal em causa, nos seguintes pontos básicos (art.3º):

- I) Prioridade para a habitação de interesse social, assim considerada aquela cujo uso não resulte por demais onerosa às famílias de reduzidos recursos econômicos;
- II) Os recursos destinados ao incremento da habitação de interesse social serão concentrados no IBH, que os aplicará segundo os planos estabelecidos, mediante estudos e pesquisas do problema habitacional, nos seus aspectos

tos urbano e rural, e suas ligações com o urbanismo e o planejamento regional;

III) No incremento da habitação de interesse social, será estimulada a iniciativa particular em todos os seus aspectos, através de financiamento e de assistência técnica;

IV) Ao proporcionar a habitação de interesse social deverá o IBH complementá-la com o Serviço Social que promoverá o melhor uso da moradia e o aprimoramento da vida no lar e na comunidade;

V) O Estado deverá proporcionar condições para estimular as inversões de capitais nas habitações de interesses sociais e em atividades correlatas, inclusive através de reduções ou isenções tributárias, sob a orientação do IBH.

No enunciado de sua política habitacional está implícito que o Governo não pretende se torne o IBH órgão de centralização executiva ou de gigantismo administrativo. Cuida a mensagem presidencial de prever a colaboração em entidades regionais e locais, bem como na articulação com a iniciativa privada, que tem a preocupação de incentivar e estimular.

O planejamento da habitação popular e problemas correlatos e conexos prevê, em termos qualificativos e quantitativos, dois planos, que se ajustam; a) plano de emergência, a curto prazo, com a duração de dezoito meses (1961 e 1962), e b) plano a longo prazo, com a duração de dez anos (1962 a 1970, ou 1963 a 1971). Posto em execução o plano a longo prazo será absorvido o de emergência; a realização daquele depende da aprovação ainda no ano corrente, pelo Congresso Nacional, do IBH.

Obedece a planificação aos seguintes objetivos:

a) os dois planos objetivam, em dez anos, proporcionar uma oferta de três milhões de residências populares, sendo cerca de

1.800.000 originárias e 1 200 000 resultantes de reinversões a estímulo à iniciativa privada;

b) A oferta de casas se dará no meio urbano e suburbano e no meio rural, nas comunidades agrícolas, coordenado o último objetivo ao programa de reestruturação agrária que será posto em prática;

c) A residência proporcionada pelo Governo, ou por ele incentivada, terá os requisitos mínimos de habitabilidade, integrada nos serviços e facilidades comunitárias. A casa terá a estrutura básica sólida, cumprindo ao beneficiário completá-la com revestimentos, portas e vidros, e demais benfeitorias úteis, como contribuição pessoal e esforço próprio. Prevê-se, também, o fornecimento de materiais e orientação técnica, devendo ser construída sob o sistema de ajuda mútua dirigida (self-help housing);

d) Embora sujeito a reajustamento, prevê-se, inicialmente, o custo da casa, em média, de CR\$ 250 000,00, sendo 20% desse valor atribuível ao terreno;

e) A planificação terá em vista o estímulo das atividades privadas, financiando-a e com ela contratando as obras;

f) Onde houver escassez de mão-de-obra, utilizar-se-á o tipo pré-fabricado de casa, procurando-se, onde fôr abundante a oferta de trabalho, dar emprego ao maior número possível de pessoas;

g) Com o propósito de evitar a especulação e o encarecimento dos materiais de construção, as entidades orientadoras do plano estimularão a expansão das indústrias de materiais de construção, com financiamentos e outros incentivos;

h) A casa será prometida aos beneficiários, logo após o início da construção, como atrativo da poupança popular, em prestações mensais, com o prazo de 15 ou 20 anos. O juro será de 6 a 12%, conforme a capacidade do adquirente, tendo-se em mira que a amortização não ultrapasse a 30% do salário mínimo da região;

i) As casas serão distribuídas aos interessados, em chamamento público, classificados os candidatos de acordo com o seu

tempo de permanência na comunidade, carência habitacional, capacidade de trabalho, número de dependentes, estabilidade no emprego e poder aquisitivo mínimo;

j) Nos conjuntos residenciais serão proporcionados serviços de educação primária, centros de saúde, de recreio e esportes, com as finalidades comunitárias correspondentes;

k) A execução do plano far-se-á na ordem das prioridades apuradas pela maior carência e crise habitacionais.

Fixados êsses princípios gerais, a planificação obedecerá a esquemas próprios do tipo do plano a ser executado.

A) Plano de Emergência (a curto prazo)

O plano de emergência sera dirigido e coordenado pela Fundação da Casa Popular, como organização central, diretamente subordinada ao Governo Federal, em cooperação e colaboração com os órgãos regionais (estaduais) e locais (municipais). Cumpre-lhe determinar os projetos, tipos de habitação, modo de construção e materiais a serem aplicados. Às entidades privadas caberá a realização das obras, em regime, de modo geral, de empreitada, ou por esforço próprio, sob assistência do órgão regional ou local, no caso da utilização do sistema da ajuda própria ou de cooperativas de habitação.

Compreende êsse plano a contratação ou edificação, nos anos de 1961 e 1962, de 80.000 casas, limite que pode ser estendido para 140.000 habitações, se o IBH fôr aprovado, pelo Congresso Federal, no corrente exercício, caso em que o Plano a longo prazo entrará imediatamente a operar:

Os recursos disponíveis da FCP são os seguintes:

- 1961 - 1)	Em dinheiro (doações já concedidas pelo Governo Federal, crédito do Estado de São Paulo e empréstimo de instituições públicas)	1.575.000.000,00
-------------	--	------------------

Transporte.....	1.575.000.000,00
2) Em terrenos (doados ou adquiridos, em colaboração com os órgãos regionais e locais)...	1.000.000.000,00
3) Entrada parcelada dos candidatos a compra, no período de construção.....	500.000,000,00
4) Empréstimo pleiteado (10 milhões de dólares, a Cr\$ 250,00 por dólar).....	2.500.000.000,00
	<u>5.575.000.000,00</u>

Poder-se-á, com tal capital, construir 20.000 casas, transferindo-se para o exercício seguinte 575 milhões de cruzeiros.

a) 1962 - Hipótese de não estar aprovado o IBH:

1) Em dinheiro (transferência do exercício anterior).....	575.000.000,00
2) Entrada parcelada dos candidatos e compra no período de construção.....	1.500.000.000,00
3) Terrenos (doados ou adquiridos, em colaboração com os órgãos regionais e locais).....	3.000.000.000,00
4) Doação que lhe deverá ser concedida pelo Governo Federal.....	2.500.000,000,00
5) Empréstimo pleiteado (30 milhões de dólares, a Cr\$ 250,00 por dólar).....	<u>7.500.000.000,00</u>
	<u>15.075.000.000,00</u>

Mantido o valor da casa em Cr\$ 250,000,00 poder-se-á construir, no exercício, 60.000 residências.

b) 1962 - Hipótese de ser aprovado o IBH

1) Renda do IBH.....	15.000.000.000,00
2) Entrada parcelada dos candidatos e compra, no período de construção.....	2.500.000.000,00
3) Terrenos (doados ou adquiridos, em colaboração com os órgãos regionais e locais).....	5.000.000.000,00
4) Empréstimo pleiteado (30 milhões de dólares, a Cr\$ 250,00 por dólar).....	<u>7.500.000.000,00</u>
	<u>30.000.000.000,00</u>

Com esse capital assegurar-se-ia, no exercício a construção de 120.000 residências, Foram deduzidos, nos itens 2 e 3, um

e meio bilhões de cruzeiros, que, em vista do volume das construções, seriam necessárias à aplicação em facilidades e serviços comunitários.

Com a execução desse plano de emergência, por-se-ia em atividade o setor, preparando-o para a realização do plano a longo prazo. As indústrias de construção, com as encomendas de materiais, teriam notável incremento, absorvendo o desemprego das cidades mais carecidas de habitação, que são também aquelas onde mais existe a mão-de-obra ociosa.

Ao projeto de construção, que é estabelecido em função do plano, precede uma investigação sócio-econômica da área a ser atendida. As investigações já estão sendo realizadas pela FCP, que elaborou, também, alguns projetos específicos, estando pronta portanto para entrar em atividade. Cuida, porém, ter-se em movimento tão logo lhe seja deferido o empréstimo de 10 milhões de dólares, com o qual poderá melhor diversificar seu campo de atução.

O plano de emergência procurará concentrar-se no setor urbano e suburbano, dada a urgência em extinguir, nessas áreas, o fenômeno das favelas e mocambos (barracos) (slum clearance). Somente o plano a longo prazo atuará ^{também} no setor rural e com o propósito de melhoramento das habitações existentes porém, reparáveis, admitidas suas condições estruturais de habitabilidade (slum improvement).

Definida a política do governo em termos nacionais, central é a direção e a coordenação do plano. Sua execução, porém, é descentralizada, em colaboração com órgãos estaduais municipais no propósito de ser estimulada a solução local dos problemas. Além desse tipo de descentralização, cuida-se interessar na realização dos trabalhos setores privados, em duas direções: a) sindicato operários, cooperativas e grupos não institucionalizados de ajuda mútua dirigida; b) estímulo, com financiamentos se necessário, a empresas particulares que se disponham a construir, sem objetivo de lucro, para seus empregados de menores /salários, ou que tenham

em mira construir, com lucros baixos e prestações a longo prazo, a terceiros.

Considerado o acesso às vias de transporte, com o propósito de assegurar o rápido trânsito do trabalhador ao local de suas atividades, a FCP (ou o IBH) construirá conjuntos residenciais e cidades-satélites. Contará, em ambas as hipóteses, com a colaboração das autoridades municipais e estaduais, para a extensão dos serviços públicos (água, esgotos, eletricidade, ruas, calçadas e parques). Cuidará, outrossim, na organização das facilidades comunitárias (centro de saúde, escolas, lojas e restaurantes, centros de recreação), entregando-as, sob sua orientação e das autoridades locais, à direção dos membros da comunidade. Os interesses comuns aperfeiçoarão as atividades democráticas de contato e liderança, reforçando a solidariedade familiar e do grupo.

Além da execução dos trabalhos por empreiteiros e em vista de a distribuição das casas ser feita logo após o início da construção, procurar-se-á experimentar e aperfeiçoar o sistema da ajuda mútua dirigida, utilizando as horas ociosas do beneficiário ou dos membros desempregados de sua família.

Obtidos os recursos necessários, acima referidos, a FCP ou o I. Brasileiro de Habitação estaria em condições de refinanciar os Planos e Projetos Estaduais ora existentes.

Por outro lado essas entidades deverão estimular a formação de "Fundos Cooperativos de Poupança" para o custeio de habitações populares, assegurando crédito hipotecário para desconto de parte das obrigações financiadas por êsses Fundos.

O Plano de Emergência inclui o empréstimo de R\$10 bilhões para financiamento do programa acima descrito.

MELHORIAS URBANAS DIVERSAS

1 - Transportes ferroviários suburbanos:

Problema da maior importância social e de grande repercussão econômica no sistema ferroviário federal é o do serviço suburbano de passageiros. As condições em que esse serviço é prestado, não permitem à R.F.F. aumentar o preço da passagem, como será indispensável para reduzir o seu deficit.

A crescente urbanização do país e o baixo nível de população impõem o contínuo aumento e melhoria dos serviços de transportes urbanos. A mudança das condições habitacionais dos que vivem em agrupamentos, do tipo das favelas, depende, em boa parte, da melhoria dos transportes suburbanos, pois sem a existência de um razoável serviço de transporte não será possível localizar essa população nas zonas periféricas da cidade, em conjuntos de habitação popular adequadamente urbanizados.

O serviço de transporte suburbano da R.F.F. compreende as cidades de Rio de Janeiro (Estrada de Ferro Central do Brasil e Leopoldina), São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador. A dimensão do problema pode ser avaliada quando se verifica que a R.F.F. realiza um serviço de subúrbio maior (em passageiros/km) do que o prestado por todas as ferrovias norte-americanas somadas.

O problema é mais urgente na Central do Brasil e na Leopoldina. A primeira, pelo volume de tráfego (só a Central transporta mais do que todas as estradas norte-americanas do Leste) e a segunda pelo estado de material de transporte, que é realizado em carros de madeira, sem as condições mínimas de segurança.

A Rêde tem plano elaborado para unificação dos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina. Além de melhoria das instalações da Central e o aumento do seu equipamento de trans-

porte, o plano compreende o alargamento da bitola e a eletrificação da Leopoldina (sómente subúrbios), para utilização das unidades da Central do Brasil. A administração de todo o conjunto será submetida a empresa especializada, e unificadas as estações terminais do Rio de Janeiro.

O projeto de melhoria dos subúrbios do Rio prevê investimentos no montante de CR\$15 bilhões, assim discriminados:

	US\$ milhões
Dispêndios em moeda estrangeira	
Central - aquisição de 70 unidades elétricas	13,7
subestações	0,7
sinalização	8,4
Leopoldina - subestações	1,7
sinalização	<u>1,5</u>
	26,9
Dispêndios em moeda nacional: CR\$ bilhões	9,7

Além das unidades elétricas acima referidas, a Central do Brasil necessita adquirir mais 30, sendo 26 para subúrbios de São Paulo e 4 para os mesmos serviços na cidade de Belo Horizonte, a um custo de US\$5,9 milhões.

Esses investimentos, por sua urgência e prioridade foram incluídos no Plano de Emergência.

2 - Combate à erosão em cidades do Paraná:

A implantação de novos centros urbanos na região do norte do Paraná, em locais impróprios e sem que tenham sido tomadas as providências adequadas para o desvio das águas pluviais, especialmente nas regiões de arenito, permitiu que os efeitos da erosão conduzissem à formação de verdadeiros "canyons" nas vias urbanas. O vulto do problema e o enorme risco para as populações exigem medidas imediatas. No Plano foram incluídos CR\$250 milhões para suplementar as verbas estaduais que vêm sendo empregadas.

As cidades mais afetadas são em número de 22, e a correção da situação exigirá obras de canalização das águas pluviais, pavimentação, arborização e represamentos.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atravessa o País uma fase de profunda transformação que, sem dúvida, é a mais expressiva de toda a sua história. Os diferentes fatores de desenvolvimento assumem um ritmo de crescimento desordenado, acentuando os desequilíbrios econômicos regionais e criando problemas políticos e administrativos que requerem tratamentos diferentes e, por vezes, contraditórios.

A dificuldade de comunicações e de transportes para atender à extensa área geográfica do País, impedindo o encadeamento das correntes de desenvolvimento, determinou uma heterogênea distribuição de recursos e provocou um rápido processo de deslocamento das populações para os centros mais favorecidos. Os serviços públicos, de uma maneira geral, não acompanharam esse ritmo de crescimento.

Por outro lado, o estado de ansiedade das populações e a maior e mais fácil divulgação dos meios de conforto criou uma mentalidade mais realista e deu-lhes a consciência dos problemas fundamentais.

No que concerne ao abastecimento de água das comunidades de alguns Estados da Federação, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco e, mais recentemente, Paraná e Goiás procuraram aparelhar-se para enfrentar o problema, através de órgãos governamentais.

Também o Governo Federal, embora sem ter até o presente considerado o problema em toda a sua amplitude, tem contribuído para a sua solução parcial através de dotações orçamentárias anuais e obrigações legais, que têm evoluído de maneira assás satisfatória, principalmente a partir de 1952.

Não obstante, a situação atual é, ainda, a seguinte:

- 1) O coeficiente de mortalidade por moléstias intestinais mantém-se, ainda em níveis muito elevados, especialmente nas comunidades sem abastecimento de água;
- 2) o crescimento das comunidades vem determinando um déficit de água, mesmo nas que já contam com abastecimento público;
- 3) não havia programação, e a destinação das verbas orçamentárias não obedecia à orientação dos órgãos especializados;
- 4) os recursos orçamentários eram divididos em parcelas pequenas anuais, não permitindo sua aplicação satisfatória;
- 5) no campo de abastecimento de água os rendimentos não são suficientemente compensadores para atrair investimentos privados;
- 6) impõe-se a criação de estrutura capaz de mobilizar recursos para serviços de água;
- 7) a maioria das comunidades não tem condições econômicas para atender técnica e financeiramente o problema.

Praticamente não há uma só comunidade no Brasil que tenha abastecimento público de água satisfatório. Mesmo as grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro apresentam déficits consideráveis. Das sedes municipais a maioria nem sequer tem o problema estudado. A Fundação SESP tentou conhecer a situação das comunidades brasileiras, através de correspondência direta aos Prefeitos Municipais. Em 1955 havia 420 cidades abastecidas, incluindo-se sistemas parciais e alguns mesmo anti-sanitários. Em dezembro de 1960, só a Fundação SESP apresentava o seguinte quadro:

Projetos	Quantidades
Em elaboração	141
Elaborados	316
Em construção	131
Construídos	<u>45</u>
T O T A L	653

Convém esclarecer que vários desses projetos já estão elaborados há cerca de 5 anos sem que tenham sido conseguidos recursos para a sua execução.

Os esforços do Governo Federal nesse setor tem-se realizado através dos seguintes órgãos:

Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Departamento Nacional de Produção Mineral.

Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Departamento Nacional de Saúde.

Fundação SESP.

Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Comissão do Vale do São Francisco.

Comissão da Faixa de Fronteira.

Para que se tenha uma estrutura de trabalho homogêneo, planificado e capaz de um rendimento satisfatório e contínuo, deve-se-á atribuir, no campo federal, a orientação da solução do problema a um só órgão. Poder-se-á reunir nesse órgão único os técnicos ou dependências especializadas de todas as entidades citadas, como uma primeira concentração de esforços para execução do plano nacional. A participação dos Estados far-se-á mediante a criação de órgãos semelhantes de caráter estadual.

O plano se desenvolverá, então, por meio de convênios entre o órgão federal e os órgãos estaduais.

Essa estrutura já foi adotada por vários países sul-americanos, onde o problema se apresenta com características muito semelhantes às nossas. Assim, na Argentina, no Uruguai, no Chile, na Venezuela, em São Salvador, em Costa Rica, em Honduras, há estruturas nacionais que coordenam ou atuam diretamente nos estudos e construções dos abastecimentos d'água das comunidades.

Além das construções dos sistemas de água, cogitar-se-á da utilização racional dos serviços, atendendo-se, não apenas à operação, mas também à manutenção, conservação e substituição do material, recuperação do capital investido, além de uma reserva para ampliação.

Dificilmente as cidades do interior podem arcar com uma responsabilidade de tal ordem. A longa experiência da Fundação SESP tem demonstrado que as Prefeituras não operam e nem zelam convenientemente o serviço. Foi, então, estudada a possibilidade de organizarem-se autarquias visando a auto-suficiência das organizações. Atualmente, a Fundação está operando com 48 autarquias, na sua maioria com auto-suficiência. Para facilidade de modificação de tarifas, são estas vinculadas ao salário mínimo, aproximadamente na proporção de 4% para a taxa mínima correspondente a 15m³ mensais por ligação domiciliária. Isto equivale a 1,25 dias de trabalho e corresponde, aproximadamente, a 150 litros diários de utilização por pessoa. Nas cidades do interior, ainda o consumo não atinge à média de 100 litros per capita, sendo de 70 litros a média de utilização para fins higiênicos (limpeza e alimentação), nas cidades controladas pela Fundação.

Nos contratos de financiamento já deverá figurar a obrigatoriedade da criação e instalação de autarquias desse tipo.

Dada a amplitude do problema de abastecimento d'água das comunidades, contempla o Plano de Emergência servir com um mí^{nimo} de financiamento um máximo de população. De inicio serão consideradas as capitais dos Estados e Territórios e as cidades com mais de 9.000 habitantes, dentro dos seguintes critérios de prioridade:

- a) que tenham projetos prontos;
- b) que possam mobilizar recursos próprios para custear a maior porcentagem do investimento;
- c) que tenham capacidade econômica para cumprir as obrigações do financiamento ou possam vincular dotações orçamentárias adequadas;
- d) que organizem autarquias municipais com a requerida autonomia administrativa e financeira;
- e) que se encontrem em situação aflitiva ou de calamidade pública, como as incluídas no Plano da Sudene ou localizadas em regiões extremamente subdesenvolvidas. Para essas não se observará o limite de 9.000 habitantes.

Os financiamentos desses serviços far-se-ão por intermédio de entidade bancária Federal, como o BNDE, Banco do Brasil ou Caixas Econômicas Federais, as quais serão contratantes de empréstimos globais externos a serem obtidos para esse fim.

Após análise e aprovação dos projetos pelo órgão Federal responsável pela execução do plano, serão efetuados contratos com as entidades autárquicas municipais, com a interveniência das Prefeituras ou dos Estados, quando necessário.

O plano divide-se, pois, em 2 partes:

- 1) Serviços em 3 capitais de Territórios e 9 capitais de Estados.
- 2) Serviços em cidades de mais de 9.000 habitantes.

Prevê-se para os serviços nas capitais de Territórios e de Estados uma necessidade de 6,8 bilhões, correspondentes a 80% do custo dos respectivos projetos.

Para as cidades com mais de 9.000 habitantes, que possuem projetos conhecidos, serão necessários 4,5 bilhões de cruzeiros, também para atender a 80% do custo dos projetos.

V - EDUCAÇÃO

O Governo pretende emprestar, no Plano Quinquenal, a maior prioridade ao setor de educação, procurando corrigir a insuficiência dos investimentos pregressos.

A reformulação das soluções para a questão educacional será orientada pelas necessidades do processo de desenvolvimento, e estão sendo estudadas as políticas e os projetos que constarão do Plano Quinquenal.

O Plano de Emergência inclui desde logo alguns projetos que antecipam o esforço de corrigir as principais limitações do sistema educacional brasileiro, e de reorientá-lo para as necessidades do desenvolvimento.

1) Universidade do Trabalho - A Universidade do Trabalho será um organismo destinado a constituir novos centros de formação de engenheiros de operação industrial e de administração de empresas, destinados a atender às necessidades mais urgentes da industrialização brasileira. Sua ação principal será no sentido de fornecer novas e numerosas oportunidades de formação a jovens que concluem o curso secundário e não conseguem ingresso nas atuais escolas de engenharia por limitação de vagas.

Outra função será a de estimular operários bem dotados para o acesso aos níveis médios e superiores de estudo ou graduação em profissões industriais, prestando-lhes assistência especial.

A Universidade será estruturada como uma fundação, com autonomia na gestão dos seus recursos e na organização dos seus cursos.

O financiamento da instalação dos novos cursos de engenharia e administração nos prédios das atuais escolas técnicas médias, hoje com número limitado de alunos, será uma das atividades da nova fundação, contribuindo, dêste modo, para valorizar os próprios cursos médios.

Pretende, além disso, a Universidade, o lançamento de um sistema cooperativo de formação de engenheiros, através da colaboração de empresas privadas e públicas, pelo sistema de "sanduíches",

Com este objetivo, serão feitos acordos especiais entre as grandes empresas industriais e as escolas de engenharia. Tal sistema, baseado na experiência norte-americana, permitirá multiplicar as matrículas nos cursos e o aproveitamento de laboratórios, escritórios técnicos e oficinas das empresas, bem como a utilização da experiência dos engenheiros e técnicos das fábricas, como instrutores.

O Governo pretende dedicar à manutenção da Universidade do Trabalho recursos de vulto, da ordem de 2 bilhões de cruzeiros anuais, com a colaboração financeira do Serviço Social da Indústria. A implantação imediata da Universidade, entretanto, exige investimentos em instalações fixas e equipamentos em montante superior a 3 bilhões de cruzeiros, para o que se busca um empréstimo de 2 bilhões de cruzeiros.

2) Ensino Universitário - Neste nível, o principal problema consiste na formação de docentes e na especialização dos engenheiros, administradores e economistas requeridos pelas indústrias e pela administração pública. O Governo pretende obter a implantação de um sistema de bolsas de pós-graduação para docentes e especialização dos diplomados, que exigirá recursos da ordem de Cr\$ 500 milhões.

3) Livros e Material Técnico - Outra forma de dinamizar os recursos materiais e humanos já existentes, multiplicando os seus benefícios, será a difusão de manuais para professores, livros didáticos e material de ensino. Um esforço especial no sentido exige recursos adicionais de Cr\$ 500 milhões.

4) Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul - Esta autarquia estadual tem por finalidade promover pesquisas de caráter tecnológico e proporcionar assistência a indústrias e empreendimentos estatais e particulares, além de constituir um laboratório para o ensino universitário.

O Instituto deve ser ampliado de forma a atender às crescentes solicitações, segundo projeto em execução. Para completá-lo, o Governo do Estado pretende obter empréstimo em moeda estrangeira (US\$ 130 mil) e nacional (Cr\$ 286 milhões).

5) Escola Técnica de Parobé - É instituição do Estado do Rio Grande do Sul destinada à formação técnico-profissional, corrigindo o déficit de mão-de-obra especializada que constitui hoje um dos óbices ao desenvolvimento industrial daquele Estado. O projeto em execução visa ao aumento de 50% no número de matrículas e prevê um dispêndio de Cr\$ 600 milhões. Sua conclusão impõe a mobilização de US\$ 360 mil e Cr\$ 240 milhões, adicionais aos recursos do Estado.

VI - S A Ú D E

Tal como o setor de Educação, o de Saúde deverá merecer no Plano Quinquenal a prioridade que as condições atuais exigem. A menor tradição, no setor, de uma ação programada, dificulta, entretanto, a antecipação de objetivos quantificados e a estimativa dos dispêndios.

O Plano de Emergência inclui alguns projetos que já se acham em execução ou podem ter início imediato.

1) Programa da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais:

As condições sanitárias do Estado de Minas Gerais recomendam o apoio ao plano elaborado pela Secretaria desse Estado, visando a um esforço de emergência para combate a endemias, melhoria das condições de saneamento, prestação de assistência médica, controle de doenças transmissíveis etc.

O programa comprehende:

- a) saneamento rural - melhoria de 30.000 habitações, construção de 750 lavanderias, 2000 torneiras e 10.000 fossas sécas;
- b) assistência médica sanitária rural, com a constituição de 100 unidades volantes;
- c) equipamento de 200 postos de saúde e construção de 100 prédios;
- d) construção de um centro de saúde de treinamento;
- e) material audio-visual;
- f) reforma de prédio e equipamento do Laboratório Central de Saúde Pública;

- g) prédio e equipamento da Fábrica de Produtos Farmacêuticos Básicos;
- h) constituição de 100 equipes de assistência médica hospitalar;
- i) assistência à maternidade e à criança, mediante equipamento para o Hospital Central Especializado e a constituição de 200 lactários e 300 dispensários pré-natais.
- j) conclusão das obras do Hospital do Câncer;
- k) conclusão de 3 hospitais, ampliação de um e construção de 6; equipamento de 60 hospitais;
- l) reforma ou conclusão de 6 hospitais de assistência a psicopatas;
- m) reforma ou ampliação de 8 hospitais para leprosos e campanhas de pesquisa ao contato de leprosos;
- n) reforma de 2 hospitais de tuberculosos; construção de 25 dispensários e seus equipamentos; unidades móveis equipadas.

O programa prevê dispêndios no montante de Cr\$

2.807,5 milhões, a serem custeados:

Cr\$ milhões

i) participação do Estado, de Municípios e Comunidades	754
ii) doações de material de consumo (soros, vacinas etc.)	200
iii) empréstimo	<u>1.803,5</u>
	2.807,5

O montante do empréstimo é incluído no Plano de Emergência.

2 - Construção de Hospitais - Vários são os hospitais, em diversos Estados, cuja construção se acha interrompida ou re-

tardada, por falta de recursos. O Plano de Emergência prevê a im-
portância de Cr\$ 2.000 milhões para completar, em curto prazo, as
obras mais adiantadas.

3 - Instituto de Pesquisas Biológicas do Rio Grande
do Sul - O Estado do Rio Grande do Sul mantém esse órgão de saú-
de pública, que se dedica a pesquisas microbiológicas, parasitoló-
gicas, histopatológicas, bioquímicas, preparo de vacinas, contrô-
le de alimentos etc. O Estado está ampliando as instalações do
Instituto, segundo projeto, cuja conclusão exige recursos adicionais de Cr\$ 170 milhões, dos quais US\$ 80.000 em moeda estrangeira.

VII - ENERGIA ELÉTRICA

O esforço brasileiro para o desenvolvimento dos serviços de energia elétrica na década de 1950 a 1960 permitiu a elevação da potência instalada de 1.800.000 KW em 1950, para 4.550.000 KW em 1960, demonstrando crescimento à taxa de 9% ao ano, comulativa.

Em termos per capita, entretanto, o aumento, embora significativo, não alterou a situação de um baixo grau de eletrificação (36 watts em 1950 e cerca de 70 em 1960), comparado aos índices dos países desenvolvidos, de 200 watts por habitante, ou de 1.000 watts/habitante, nos países mais industrializados.

A distribuição dos serviços pelos diversos Estados do País traduz as diferenças regionais de desenvolvimento:

	Watts por habitante
Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí Territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá	3 a 20
Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe Bahia	25
Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo	120
Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná	30 a 50
Goiás e Mato Grosso	15 a 30

De uma maneira geral, os serviços de eletricidade do país melhoraram nos últimos anos, não só pela expansão da área servida, como pela elevação dos padrões de serviço. São, porém, insuficientes para atender às necessidades mínimas do desenvolvimento nacional.

Somente na região Centro-Sul, compreendendo 10% do território e 42% da população, tem havido suprimento de energia em proporção às solicitações crescentes do mercado consumidor. Na re-

gião Sul, onde as entidades governamentais e privadas não têm podido acompanhar o ritmo da demanda, a falta de energia é um sério ponto de estrangulamento. Na região Nordeste, com a entrada em funcionamento da Usina de Paulo Afonso, melhoraram as condições de suprimento em algumas áreas, mas será necessário prosseguir - no esforço para recuperar o atraso relativo no passado. No Norte as condições dos serviços são as mais precárias, e um esforço especial para implantar um padrão mínimo de serviços é indispensável.

No panorama geral da indústria de eletricidade no Brasil cumpre observar que nos últimos tempos por razões várias, tem sido emprestada maior ênfase e prioridade de aplicação de recursos à construção de obras de geração e transmissão, ao passo que a construção e ampliação das linhas de sub-transmissão e distribuição foram relegadas a um plano secundário. Um dos problemas mais graves no setor, atualmente, é volume de recursos necessários para aumentar e melhorar essas instalações.

Não só nos grandes centros urbanos as redes não são adequadas às necessidades: muitas são as cidades do país que não dispõem de serviços de eletricidade por deficiência de redes de sub-transmissão e distribuição.

Programa de obras

As estimativas do crescimento vegetativo do consumo de energia elétrica para todo o país indicam a necessidade de aumentar a potência instalada, de 4.550.000 KW em 1960, para 8.000.000 KW em 1965. Além disso, ainda no quinquênio 1961 a 1965 será indispensável iniciar obras destinadas a atender ao crescimento do consumo no quinquênio seguinte, ao fim do qual a potência instalada deverá ser de, no mínimo, 11.200.000 KW.

Os programas em curso ou previstos para cada unidade da Federação são os seguintes:

Territórios de Rondônia, Acre e Rio Branco - Será necessário melhorar os serviços nas capitais e nas principais cidades, instalando pequenos grupos termoelétricos como solução de emergência.

Paralelamente, deverão ser executados estudos dos potenciais hidráulicos econômicamente aproveitáveis, de modo a possibilitar a construção de pequenas usinas hidráulicas, simultaneamente à instalação de unidades termoelétricas.

Estados do Amazonas e Pará e Território do Amapá - O problema principal é o suprimento de energia elétrica à cidade de Manaus, há muitos anos praticamente desprovida de serviço regular, tal o estado precário de funcionamento dos serviços existentes.

Com a construção da usina termoelétrica de Manaus - (22.500KW), a ser posta em serviço em inícios de 1962, e a reforma da rede de distribuição da cidade, passará essa Capital a contar com um fornecimento mínimo de eletricidade.

A potência dessa usina deverá ser ampliada até 1965, a fim de permitir um desenvolvimento normal das atividades comerciais e industriais dessa cidade.

Para as demais cidades do Estado, há que realizar programa de instalação de pequenos grupos termoelétricos e de redes de distribuição.

No Estado do Pará, é imprescindível a ampliação imediata da usina termoelétrica existente, enquanto prosseguem os estudos dos potenciais hidroelétricos no rio Gurupi.

Nas cidades de Bragança e Santarém, está em execução, um programa de novas instalações geradoras e de melhoria das redes de distribuição e estão previstas obras do Governo do Estado, para suprimento aos municípios da zona Bragantina.

Nas demais cidades do Estado, há que instalar pequenos

-nas unidades termoelétricas e rôdes de distribuição, a fim de permitir um atendimento mínimo às populações locais.

O plano de eletrificação do Território do Amapá se baseia na usina hidroelétrica do Paredão (28.000 KW) no Rio Ara-guari, em construção, de linhas de transmissão e implantação de sistemas de distribuição na capital do território e principais cidades.

A usina do Paredão, em fase de construção, conta com recursos financeiros dos "royalties" do manganês.

Estados do Maranhão e Piauí

O sistema de São Luiz, que dispõe no momento de 4.500 KW de capacidade, deverá contar com mais uma unidade de 7.500 KW até 1964, além de 3.000 KW em motores diesel de emergência a serem instalados até o fim do corrente ano.

Estão sendo realizados estudos para a construção de uma usina no rio Munim; projeta-se igualmente a usina hidroelétrica de Criminosa no Rio Itapicuru, com uma potência estimada em 22.000 KW, destinada a servir às principais cidades do Centro-Leste maranhense e possivelmente Teresina, capital do vizinho Estado do Piauí. Acha-se em construção a pequena usina hidráulica de Carolina, que deverá abastecer a cidade do mesmo nome com capacidade inicial de 1.400 KW. Estão em estudo as pequenas hidrelétricas de Balsas e Barra da Corda, igualmente próximas das cidades do mesmo nome e ambas com menos de 5.000 KW de potência a instalar.

No Estado do Piauí, a SUDENE programou a melhoria dos serviços de eletricidade de Teresina e Parnaíba mediante a instalação de uma unidade termelétrica na capital (3.000 KW) e outra na cidade de Parnaíba (2.000 KW) e reforma das rôdes de distribuição dessas cidades.

No rio Parnaíba está sendo estudada a construção de uma grande barragem de regularização, com uma usina hidrelétrica - de porte.

Área de influência da Cia. Hidrelétrica do São Francisco - (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, - Sergipe e Região Centro-Norte da Bahia). O programa de eletrificação do Nordeste, a cargo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e da Cia. Hidrelétrica do São Francisco, ora em execução, comprehende a ampliação da usina Termoelétrica de Fortaleza - (15.000 KW), e um amplo programa de construção de linhas de transmissão, sub-transmissão, sub-estações e redes de distribuição de energia elétrica nas principais cidades e localidades da área de influência da CHESF.

Nesse programa, são obras de primeira prioridade a instalação da 3^a, 4^a, 5^a e 6^a unidades da 2^a Casa de Máquinas de Paulo Afonso; a construção da 3^a Casa de Máquinas e instalação das unidades 7 e 8; a duplicação da usina termoelétrica de Fortaleza; e, finalmente, o suprimento com energia elétrica de Paulo Afonso à cidade de Natal e à região do Cariri.

Esse programa permitirá elevar a potência instalada da região por habitante, que é atualmente de cerca de 25 watts, para aproximadamente 45 watts em 1965.

Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo

Com a construção da usina do Funil (30.000 KW) no Rio das Contas, de linhas de transmissão e sistemas de distribuição, haverá um suprimento razoável de eletricidade a pequena parte dessa vasta região.

Região Centro-Sul

A região Centro-Sul do Brasil possui um plano de eletrificação mais amplo que abrange todo o período de 1961/70 (10 anos).

Esse plano acaba de ser elaborado por um Grupo de Trabalho organizado pelo Ministro de Minas e Energia.

Nesse plano é recomendada prioridade à conclusão das usinas geradoras e linhas de transmissão dos programas atualmente em execução e que compreendem:

- a) a conclusão imediata da Usina de Ponte Coberta ... (90.000 KW) da Rio Light;
- b) a construção da Usina Termoelétrica de Campos (30.000 KW) a cargo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e da Usina Suiça (30.000 KW), a cargo do Governo do Espírito Santo;
- c) a conclusão das Usinas Jurumirim, Barra Bonita, Limeiro, Euclides da Cunha, Bariri, Graminha e Chavantes, a cargo de empresas do Governo do Estado de São Paulo, com potência instalada final de 820.000 KW;
- d) instalação das unidades 5 e 6 (100.000 KW) da Usina de Peixoto, da Cia. Paulista de Fôrça e Luz;
- e) conclusão das obras da barragem de Três Marias e instalação progressiva de todas as suas unidades, que totalizam - 520.000 KW, a cargo da Centrais Elétricas de Minas Gerais;
- f) conclusão dentro da mais alta prioridade da Usina de Furnas e de seus sistemas de transmissão, de modo a possibilitar o aproveitamento de 1.200.000 KW da potência final dessa usina;
- g) como solução de emergência para o suprimento de energia elétrica ao Estado da Guanabara no período 1962/64, ser dada toda prioridade à construção da linha de transmissão Guarulhos - São José dos Campos, de 230 Kv e 100 Km de extensão.

O programa considera, outrossim, como obras urgentes a construção da Termelétrica da Guanabara (120.000 KW) e da Usina do Funil do Paraíba (210.000 KW), ambas essenciais ao suprimento dos

Estados do Rio de Janeiro e Guanabara nos próximos anos, e de responsabilidade da Cia. Hidroelétrica do Vale do Paraíba.

Para atender às necessidades do mercado de energia elétrica da região no período 1966/70, foi recomendada prioridade, ao seguinte programa de construção de novas usinas a ser iniciado a partir de 1962:

a) Usina de Caraguatatuba (300.000 KW) e Reservatórios de regularização do Alto Paraíba, obras essas a serem executadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

b) Usinas Hidrelétricas de Sobragi e Picada (84.000KW) nos rios Paraibuna e do Peixe, afluentes do médio Paraíba, de responsabilidade da Companhia Brasileira de Energia Elétrica;

c) Usinas de Piraju (100.000 KW), no rio Paranapanema, e Ibitinga (100.000 KW), no Tietê, a serem executadas por empresas de eletricidade do Estado de São Paulo;

d) Usina de Estreito (800.000 KW) situada a jusante de Furnas e a ser executada por essa organização em continuação ao plano de aproveitamento progressivo do Vale do Rio Grande; trata-se da usina de maior significado energético da região, não só devido à sua grande capacidade geradora, como à sua posição geográfica em relação aos centros industriais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte;

e) concomitantemente, linha de transmissão de 345 KV ligando as grandes usinas hidrelétricas do Vale do Rio Grande, à região Industrial dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara;

f) finalmente, para suprimento às regiões oeste de São Paulo, Minas Gerais e Paraná e ao Sul de Mato Grosso, a usina de Urubupungá (1.250.000 KW), a ser construída por empresa de eletricidade interestadual, sob a égide do Governo do Estado de São Paulo.

Esse programa de obras, com a conclusão de usinas e linhas de transmissão em execução, obras em caráter de emergência e o início de novas obras para atender às demandas de energia no período de 1966/70, exigirá no período 1961/65, um dispêndio no total de aproximadamente 290 bilhões de cruzeiros (inclusive moeda estrangeira).

Estados do Paraná e Santa Catarina

O plano de eletrificação do Paraná considera como obra de urgência a conclusão da Usina Termelétrica de Figueira ... (30.000 KW) e a construção dos projetos hidrelétricos de Capivari - Cachoeira, Campo Mourão (25.000 KW) e de usinas hidrelétricas de pequeno porte na região oeste do Estado.

No Estado de Santa Catarina, a principal obra em execução é a Usina Termelétrica do Capivari (100.000 KW) destinada a suprir de energia elétrica extensas áreas de Santa Catarina, assim como a reforçar o suprimento de energia elétrica à Cidade de Curitiba e ao Porto de Paranaguá. Para a conclusão dessa usina deve ser dada toda prioridade, visto que consumirá os excedentes de carvão-vapor das zonas de mineração desse Estado.

O programa de obras hidráulicas compreende, entre outras, a construção das usinas de Garcia I (9.000 KW), Garcia II - (10.000 KW), Palmeiras (17.000 KW) e Santa Cruz (4.000 KW), e estudos de projetos no rio Canoas.

Para o aproveitamento integral dos excedentes do carvão-vapor existente na zona carbonífera de Santa Catarina, será necessário ampliar a usina termelétrica do Capivari, utilizando parte da energia dessa usina para refôrço ao suprimento à área industrial da região nordeste do Rio Grande do Sul.

Estado do Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul vem sofrendo, nos últimos 10 anos, acentuada escassez de energia elétrica, o que se tem constituído em um fator de retardamento de seu progresso industrial.

Dai a necessidade de grande esforço para a conclusão de usinas hidrelétricas e térmicas cuja construção foi iniciada há vários anos. Merece a maior prioridade a conclusão das termelétricas de Charqueadas (54.000 KW) e Candiota (20.000 KW), assim como da usina hidrelétrica de Jacuí (75.000 KW).

Como obras de emergência, deve ser construída a curto prazo a termelétrica de Gravataí (24.000 KW) e iniciado um programa de construção de usinas hidrelétricas e termelétricas de grande porte, de modo a permitir a elevação da potência instalada no Estado de 200.000 KW em 1960 para 500.000 KW em 1965.

Estado de Mato Grosso

É uma das unidades da federação mais mal servida de eletricidade. Somente as suas principais cidades possuem serviços de eletricidade, sendo os mesmos em quase toda sua totalidade bastante deficientes.

Nos últimos anos o Governo de Mato Grosso vem dedicando maior atenção aos problemas de eletricidade do Estado, encontrando, porém, como maior obstáculo a falta de estudos hidráulicos de seus rios. A única obra de certo vulto em execução é a usina do Mimoso (8.000 KW na 1ª etapa), que servirá a cidade de Campo Grande e a região Sul do Estado.

Devido à disseminação de suas populações será necessário recorrer a pequenos grupos termelétricos em cidades e localidades principais, programando usinas hidrelétricas para as regiões mais desenvolvidas.

Estado de Goiás e Distrito Federal (Brasília)

No Estado de Goiás está sendo realizado um programa de eletrificação abrangendo a sua região de maior desenvolvimento - o Sul do Estado.

Nessa região as principais cidades já possuem fornecimento de energia elétrica regular, porém insuficiente para atender ao seu crescimento. No momento, não há nenhuma obra em execução para produção de energia elétrica; estão sendo realizados, porém, estudos para ampliação da usina de Cachoeira Dourada.

No Distrito Federal (Brasília), está em final de construção usina hidrelétrica do Paranoá(18.000 KW), que conjugada ao suprimento proveniente de Cachoeira Dourada e à complementação de térmica local, permitirá um suprimento regular de energia elétrica à nova Capital até 1964.

Devido ao grande desenvolvimento que vem tendo a nova Capital do país, e sua região adjacente, serão necessários, estudos urgentes, dos potenciais hidráulicos nas suas proximidades, a fim de que possam ser programadas e postas em execução usinas que permitam um atendimento mais amplo de energia ao Distrito Federal.

A deficiência no abastecimento de eletricidade ao Sul de Goiás, recomenda, outrossim, que à medida que forem sendo construídas novas usinas para o suprimento de energia a Brasília, seja liberada a cota que recebe da usina de Cachoeira Dourada, a fim de que a mesma possa atender exclusivamente ao Sul do Estado e à sua Capital.

Estimativa dos Recursos Financeiros Necessários à Expansão dos Serviços de Eletricidade do País no Período 1961/65.

Para a construção de instalações de geração, transmissão, sub-transmissão e distribuição de energia elétrica, compreendendo a conclusão dos programas em execução, obras a serem iniciadas e concluídas no período 1961/65 e concluídas posteriormente, estima-se que será necessário um desembolso global de cerca de 400 bilhões de cruzeiros.

Essa estimativa de desembolsos, na falta de dados atualizados sobre o custo dos programas de eletrificação da maioria dos estados, foi efetuada tomando-se por base previsões de despesas de alguns programas regionais e estaduais, e adotando-se para os demais um dispêndio médio de cem mil cruzeiros por quilowatt instalado (geração, transmissão, sub-transmissão, distribuição), valor esse bastante realista tendo em vista as recentes mudanças ocorridas na política financeira do país.

Se bem que ainda esteja sendo atualizada a estimativa dos recursos governamentais e privados a serem mobilizados para investimentos no setor de energia elétrica, estima-se que no quinquênio 1961/65 esses recursos atinjam um montante de 160 bilhões de cruzeiros.

Essa estimativa foi baseada em estudos realizados pelo Conselho do Desenvolvimento em 1958, para o programa de obras de energia elétrica em execução àquela época, levando-se em conta a desvalorização monetária e outros fatores que afetaram o crescimento desses recursos.

Na previsão de recursos de 160 bilhões de cruzeiros, as grandes parcelas são:

a) recursos federais (fundo federal de eletrificação, dotações orçamentárias do Ministério de Viação e Obras Públicas e de entidades diretamente subordinadas à Presidência da República), 50 bilhões;

b) empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 40 bilhões;

c) recursos estaduais (taxas de eletrificação e dotações orçamentárias, e quotas estaduais do imposto único), 50 bilhões;

d) reinvestimentos de recursos das empresas de eletricidade (privadas e públicas), 20 bilhões.

Os valores acima podem ser considerados otimistas, pois a experiência passada, mostra que nem todos os recursos federais e estaduais destinados a obras de eletrificação são efetivamente aplicados.

Também quanto aos recursos para reinvestimento das empresas, a viabilidade de disporem efetivamente do montante acima mencionado, está intimamente ligada à política tarifária de energia elétrica consequente da recente reforma cambial.

O balanço entre a previsão de desembolsos (400 bilhões de cruzeiros) e a previsão de recursos (160 bilhões de cruzeiros), mostra um deficit de 240 bilhões de cruzeiros no quinquênio. Este deficit só poderá ser coberto com novos recursos a serem obtidos, seja por aumento na taxação do fundo federal e das taxas estaduais de eletrificação, seja pela melhoria do regime econômico-financeiro das empresas de eletricidade e pela obtenção de financiamentos externos.

Tendo em vista a participação cada vez maior da indústria nacional no fornecimento de equipamentos para indústria de energia elétrica, estima-se que no quinquênio 1961/65 só serão adquiridos no exterior bens no valor de 160 milhões de dólares, os quais convertidos a uma taxa de câmbio média de 300 cruzeiros por dólar correspondem a cerca de 50 bilhões de cruzeiros.

Daí poder-se subdividir o investimento global de 400 bilhões de cruzeiros em duas parcelas, uma de 350 bilhões em moeda nacional e outra de 50 bilhões de cruzeiros em moeda estrangeira.

Devido aos pesados encargos a curto prazo sobre o nosso balanço de pagamentos, é indispensável a obtenção de financiamentos externos a longo prazo com carência de 4 a 5 anos, tanto para os gastos em compras no exterior (160 milhões de dólares), como para financiamentos de despesas no país.

Admitido que sejam obtidos os empréstimos para dispêndios em moeda estrangeira, o déficit de recursos ficaria reduzido a 190 bilhões de cruzeiros no período 1961/65, o que corresponderia a uma média anual de 38 bilhões de cruzeiros. A reunião desses recursos, no país, implicaria em multiplicar por 2,2 o atual esforço interno de investimento no setor. Vale salientar, finalmente, que foram computados entre os recursos previstos, dotações do orçamento federal (inclusive parte do Fundo Federal de Eletrificação) cuja efetiva mobilização terá repercussões inflacionárias, mantido o quadro atual de desequilíbrio das finanças federais.

Projetos incluídos no Plano de Emergência

Dentre os projetos acima descritos, já em execução, e que devem ser completados a curto prazo para evitar crises regionais de energia, ou aliviar situações agudas de carência, foram incluídos no Plano de emergência, os seguintes:

	Dispendios US\$ mil	Cr\$ milhões	Total em US\$ mil
1-Belém-Usina e rede de distribuição	150		600
2-Manaus-Usina e transmissão	800		3.200
3-Mato Grosso-centrais elétricas	880	1.200	5.800
4-Guanabara-Linha de Transmissão Guarulhos-S.José dos Campos	6.300	1.000	10.300
5-Espírito Santo-Usina Suiça	1.500	830	4.820
6-Minas Gerais-Cemig-Linhas de transmissão e distribuição		900	3.600
7-Paraná-Programa de eletrificação		700	2.800
8-Rio Grande do Sul-Programa de eletrificação-Usinas de Jacui, Candiota, Alegrete, Charqueadas, nova usina de Porto Alegre e unidades diesel	19.930	1.211	24.774

VIII - TRANSPORTES

O quadro atual do sistema brasileiro de transporte caracteriza-se por graves problemas financeiros, técnicos e administrativos nas ferrovias e na marinha mercante, e pela rápida expansão do transporte rodoviário.

Várias circunstâncias contribuiram para que o transporte interno no Brasil dependa, em proporção crescente, da rodovia:

a) a inadequação técnica do sistema ferroviário construído no século passado e no princípio do atual; as características de planta e perfil da via tornam impossível a exploração eficiente do transporte ferroviário na densidade mínima necessária para torná-lo econômico, em competição com um sistema rodoviário moderno e orientado pela nova estrutura da economia nacional.

b) o desajustamento da infraestrutura ferroviária às correntes atuais do tráfego. As linhas ferroviárias foram construídas para servirem a economias isoladas, voltadas para a exportação de produtos primários. As mudanças estruturais da economia nos últimos anos conduziram a que muitas ferrovias se encontrem situadas em regiões sem potencial de tráfego, ou sejam orientadas para correntes de troca superadas ou em declínio;

c) as condições orológicas do país, que oneram a construção das ferrovias com características modernas;

d) a pequena concentração da produção: sómente em poucas regiões há quantidade de carga suficiente para que as ferrovias mantenham a densidade de tráfego mínima e crescente, que compense a perda para o transporte rodoviário das mercadorias de melhor frete e a valorização gradativa da mão-de-obra, resultante do próprio processo de desenvolvimento;

e) a ineficiência da exploração ferroviária federal em comparação com um transporte rodoviário explorado em régimen de micro-empresa, com grande agressividade comercial;

f) a interiorização da economia, com a ocupação de áreas mais distantes do mar e a consequente circulação terrestre entre mercados regionais internos, que diminui relativamente a importância do transporte por cabotagem;

g) o próprio processo de ocupação do território, no qual a rodovia é o meio de transporte mais econômico;

h) a obsolescência da frota mercante e a baixa produtividade portuária, que reduziram a capacidade competitiva do transporte marítimo.

A evolução do transporte brasileiro interno no último decênio pode ser assim estimada:

	<u>1950</u>	<u>1960</u>
Bilhões de toneladas-quilômetro		
Cabotagem	9,2	16,0
Ferroviário	8,8	13,0
Dutos	-	0,2
Aéreo	0	0,1
Rodoviário (1)	12,8	40,0
Total	30,8	69,3
Em percentagem sobre o total		
Cabotagem	29,9	23,1
Ferroviário	28,6	18,8
Dutos	-	0,3
Aéreo	-	0,1
Rodoviário (1)	41,5	57,7
Total	100,0	100,0

(1) estimado

A tendência para o maior incremento relativo do transporte rodoviário deve persistir no próximo decênio, impulsionada pela indústria automobilística nacional, pela melhoria do sistema rodoviário nas regiões já ocupadas e pela abertura de novas regiões do país. Na cabotagem, o esforço concentrar-se-á nos primeiros anos, na renovação da frota e no melhoramento dos portos, e a expansão do tráfego deve basear-se nos produtos a granel. Nas ferrovias, será indispensável um aumento da densidade de tráfego do sistema a fim de reduzir o deficit de operação. Esse aumento, todavia, provavelmente processar-se-á sem prejuízo

para o tráfego rodoviário, pelo incentivo à extração mineral.

I - MELHORAMENTOS E EXPANSÃO RODOVIÁRIA

A responsabilidade pela construção e manutenção das rodovias está dividida entre os três níveis de Governo-Federal, Estadual e Municipal. A rede rodoviária é financiada pelo Fundo Rodoviário Nacional, alimentado pelo imposto único sobre combustíveis líquidos, e por dotações dos orçamentos gerais.

Com base nas previsões da arrecadação do Fundo Rodoviário Nacional, no Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias e nos níveis de dotações orçamentárias nos últimos anos, os investimentos brasileiros em rodovias no próximo quinquênio podem ser assim estimados:

Bilhões de cruzeiros

	<u>Total</u>	<u>Federais</u>	<u>Estaduais</u>	<u>Municipais</u>
1961	65,3	31,0	29,1	5,2
1962	81,0	36,3	36,9	6,8
1963	85,3	37,8	40,3	7,2
1964	95,4	43,1	44,4	7,9
1965	105,8	48,4	48,4	9,0
Total	431,8	196,6	199,1	36,1

Desse total cerca de 167 bilhões, ou seja, 38,6% serão financiados por recursos vinculados, resultantes do imposto único sobre combustíveis líquidos e gazosos. Os restantes 264 bilhões devem ser custeados por verbas dos orçamentos gerais, especialmente federais e estaduais.

O estado de desequilíbrio dos orçamentos públicos - federal e maioria dos estaduais - empresta importância à revisão dos métodos de financiamento das rodovias e à criação de novas receitas para custear-las, bem como à obtenção de empréstimos para melhorias rodoviárias.

Os benefícios sociais e econômicos do programa rodoviário não permitem, por outro lado, reduzir de forma apreciável a programação delineada, de cuja execução depende uma série de outros empreendimentos para o desenvolvimento. A experiência bra-

sileira do último decênio mostra que poucos investimentos vêm apresentando, no Brasil, o impacto econômico e social das rodovias.

Plano Federal de Obras Rodoviárias

O plano federal de obras rodoviárias para o quinquênio 61-65 foi organizado tendo em vista:

a - reduzir o custo do transporte nas estradas de maior densidade de tráfego, através de melhoramentos e pavimentação;

b - integrar os vários mercados regionais, quer pela construção de estradas de ligação direta, quer pela redução econômica das distâncias através de melhoramentos e pavimentação.

c - formação da infra-estrutura de regiões a serem abertas à colonização, a fim de absorver os excedentes de mão-de-obra.

Na definição do plano, procurou-se dar especial ênfase à melhoria e pavimentação das rodovias existentes, reduzindo a construção aos empreendimentos de indiscutível prioridade.

O resumo do plano é o seguinte:

		<u>Cr\$ milhões</u>
Implantação básica	12.324 km	69.346
Pavimentação	14.417	90.603
Melhoramentos - para pavimentar	4.146	12.390
Outros	3.305	8.931
Obras de arte especiais	6,13	3.230
		<u>184.500</u>

Nesse plano merecem destaque especial, pela sua significação social e econômica, as obras rodoviárias de interesse do Nordeste, que o integrarão à região Centro-Sul por estrada pavimentada e a interligação de todo o Nordeste, pela BR-11 e outras rodovias.

Além disso, muitas serão as obras de extraordinário impacto na economia de quase todos os Estados.

Plano de emergência

O programa rodoviário deverá procurar obter empréstimos através do Plano de Emergência para:

a - importação ou aquisição no país do equipamento de construção em pavimentação rodoviária;

b - despesas internas, com o objetivo de reduzir a pressão das obras rodoviárias sobre os orçamentos públicos.

II - FERROVIAS FEDERAIS

As ferrovias federais representam um grave problema para as finanças da União, pois o seu déficit de operação no presente exercício corresponderá a 15% de toda a arrecadação tributária federal.

Para esse déficit contribuem várias causas, cuja importância relativa pode ser assim estimada, em função da redução que resultaria da sua correção:

	%
a) tarifas de passageiros excessivamente baixas	22
b) tarifas de carga excessivamente baixas	3
c) excesso do pessoal, ou nível exagerado de sua retribuição	13
d) tração anti-econômica	10
e) condições da via permanente	12
f) ineficiência operacional e condições anti-económicas do sistema (baixa densidade de tráfego)	40
	<u>100</u>

O programa de investimentos em execução pela Rede Ferroviária Federal prevê para o próximo quinquênio:

a) a eliminação dos ramais, trechos de estradas, ou estradas inteiras que não oferecem condições para recuperação, como o levantamento de 4.234 km de via férrea e a sua substituição por estradas de rodagem a serem construídas ou melhoradas. Os trechos somente serão levantados após a pavimentação das rodovias substitutivas. O plano prevê o investimento de 10 bilhões de cruzeiros no período, que serão financiados por 10% da cota federal no Fundo Rodoviário Nacional, legalmente vinculados a este fim, e que já foram descontados da receita prevista para os investimentos rodoviários.

b - dieselização intensa da maioria das estradas; já foram encomendadas, e devem ser recebidas dentro de 18 meses, 300 lo-

comotivas diesel-elétricas;

c) melhoria da via permanente, pelo seu lastramento com pedra bitolada, re-espaçamento dos dormentes e aumento de peso dos trilhos nos trechos de maior densidade de tráfego;

d) construção das variantes de maior prioridade;

e) e outros investimentos tópicos.

O programa da RFF está limitado pelos seus recursos vinculados a investimentos, cuja estimativa para o quinquênio é a seguinte:

Bilhões de cruzeiros

Anos	Total	Taxas adicionais ao frete	Cota no imposto único sobre combustíveis
1961	8,6	2,6	6,0
1962	9,7	3,1	6,6
1963	10,4	3,7	6,7
1964	11,7	4,2	7,5
1965	12,3	4,8	7,5
	<u>52,7</u>	<u>18,4</u>	<u>34,3</u>

Os investimentos programados são os seguintes:

Bilhões de cruzeiros

	Total	1961	1962	1963	1964	1965
Reaparelhamento	12,2	3,5	3,6	2,4	1,7	1,0
Via permanente	11,6	3,0	3,5	2,	1,7	1,0
Equipamento de transporte	0,6	0,5	0,1	-	-	-
 Novas obras e aquisições	 7,9	 2,5	 2,5	 1,5	 1,1	 0,3
Via permanente	6,9	1,6	2,4	1,5	1,1	0,3
Equipamento de transporte	1,0	0,9	0,1	-	-	-
 Outros investimentos	 0,9	 0,9				
Despesas Gerais	0,1	0,1				
	<u>21,1</u>	<u>7,0</u>	<u>6,1</u>	<u>3,9</u>	<u>2,8</u>	<u>1,3</u>

O Balanço de recursos e dispêndios previstos é o seguinte:

Bilhões de cruzeiros

	Total	1961	1962	1963	1964	1965
Recursos	52,7	8,6	9,7	10,4	11,7	12,3
Investimentos	21,1	7,0	6,1	3,9	2,8	
Amortização de empréstimos	21,4	2,8	4,0	4,3	5,1	5,2
Saldo (+)ou déficit (-)	+10,2	-1,2	-0,4	+2,2	+3,8	+5,8

O programa em execução já absorve todos os recursos previstos até 1963. No entanto, vários são os investimentos adicionais necessários no quinquênio, para que haja possibilidade de recuperação do deficit de operação das ferrovias. Entre estes, os de maior vulto serão em variantes e retificações de traçado indispensáveis para melhorar as condições técnicas da via, sem o que o baixo rendimento do equipamento de transporte tornará anti-econômico o aumento de densidade de tráfego até os níveis mínimos para uma exploração econômica. Outros são os referentes aos transportes de passageiros, de importante significação social.

Desde o início da sistematização de esforço de reaparelhamento das ferrovias brasileiras, com os projetos elaborados em 1951 pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, os recursos disponíveis só permitiram alguns investimentos considerados da maior prioridade, tanto na via, como na tração e na frota de vagões. A não ser algumas encomendas para os subúrbios do Rio de Janeiro e São Paulo e pequenas encomendas sem maior significação, nada foi feito para melhorar as condições de transporte de passageiros, tanto do subúrbio como do interior.

O problema de passageiros, além das implicações sociais, tem repercussões econômicas para a Rede Ferroviária Federal, pois o serviço que presta não lhe permite aumentar substancialmente o preço das passagens, como é indispensável para redução de seu deficit.

A crescente urbanização e o baixo nível de renda do país impõem o contínuo aumento e melhoria dos serviços de transporte suburbano, e na parte referente as comodidades urbanas básicas já foi feita referência às necessidades de reaparelhamento do serviço de subúrbio do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Igual atenção merece o transporte de interior, cuja situação atual, em termos de equipamento, é ainda mais grave do que a de subúrbio. Por falta de recursos próprios, e na impossibilidade de obter financiamento interno para a compra de carros, as es-

tradas federais, praticamente, nada fizeram, desde a última guerra, em matéria de renovação do equipamento de transporte de passageiros de interior.

A importância desse tráfego para a economia da R.F.F. pode ser avaliada, quando se verifica que todo o seu trabalho em mercadorias corresponde a 7,4 bilhões de t-km, enquanto o tráfego de passageiros do interior representa 5 bilhões de pass-ki. Este serviço vem sendo feito com uma frota de 2.022 carros (nominais, pelo vulto das imobilizações) dos quais 75% têm mais de 20 anos e 64% mais de 30 anos de uso. Desse número de carros, 90% são de madeira ou mistos, sem requisitos mínimos de segurança e comodidade, mantidos em tráfego com elevado custo de conservação.

Plano de Emergência

A Rede Ferroviária Federal S/A pretende adquirir imediatamente, para um programa de primeira urgência, 150 carros metálicos, a serem colocados em tráfego nas linhas de maior importância, e onde não seja possível eliminar inteiramente o tráfego de passageiros apesar da sua política de procurar reduzir este tipo de serviço. O custo total da aquisição é da ordem de 2,8 bilhões de cruzeiros. A parcela de dispêndios externos, com a importação de algumas partes ainda não fabricadas no país, é pequena, e a quase totalidade da importância deverá ser dispendida no próprio país.

III - MARINHA MERCANTE

O estado da frota de cabotagem para carga geral é um dos fatores do seu baixo nível de produtividade e do déficit de operação, que se acentuou nos últimos 4 anos, e deve atingir 15 bilhões de cruzeiros no corrente exercício (sómente no tráfego costeiro e interno). Mais de 80% dos navios em tráfego já ultrapassaram o limite de vida econômica.

A frota de longo curso (carga geral) é constituída de apenas 20 navios com 15 anos de idade.

Somente a frota de petroleiros, constituída a partir do 1950, está em condições técnicas adequadas, embora ainda em quantidade insuficiente, pois em 1960 realizou apenas 55% do transporte de importação.

Em 1960 a participação da frota nacional no comércio exterior de carga geral foi de apenas 3,5% na exportação, e 15% na importação, e os fretes já constituem hoje um dos maiores itens do balanço de pagamentos internacionais.

Na cabotagem a oferta de transporte é insuficiente, a demanda está contida em vários pontos do país, estrangulando o desenvolvimento das regiões por lá servida, especialmente do norte e nordeste do país.

As dificuldades cambiais brasileiras não permitiram no passado um programa regular de encomendas de navios para renovação e expansão da frota nacional, e somente a partir da implantação da indústria de construção naval, nos últimos 2 anos, é possível planejar o desenvolvimento do transporte marítimo e fluvial.

A indústria de construção naval, ainda em fase de implantação, deverá atingir em 1963 uma capacidade nominal de..... 175.000 DWT/ano, construindo navios de até 15.000 DWT. A partir de 1965 esta capacidade deverá situar-se em torno de 210.000 DWT/ano e incluirá navios de até 45.000 DWT. A percentagem de nacionalização já atingiu, nos primeiros navios, a 70% do valor dos mesmos.

O programa de produção nos anos de 1961-1965 deverá atingir a 684.000 DWT, assim distribuídos:

pequena cabotagem	91.300	
grande cabotagem	183.300	274.700 DWT
longo curso		409.300

As encomendas serão financiadas pelos recursos vinculados do Fundo de Marinha Mercante e da Taxa de Marinha Mercante, além de capitais dos armadores particulares da Petrobrás, e de outras entidades públicas. As previsões de recursos asseguram esse

comendas previstas até 1963, necessitando ser posteriormente suplementados por novas fontes de recursos que se acham em estudo.

Plano de emergência

No período 1961-1963, enquanto não entram em funcionamento as usinas siderúrgicas da USIMINAS e da COSIPA, não há produção nacional de chapas largas para a construção naval, que devem ser importadas, assim como alguns equipamentos e partes cuja fabricação no país ainda está em fase de implantação. Nestas condições, neste período ainda haverá apreciável participação de componentes importados, para os quais necessita o setor da marinha mercante obter financiamento externo. O montante destes financiamentos, indispensável ao programa de renovação da frota e para a continuidade de operação dos estaleiros nacionais, monta em US\$ 15,000,000.00.

IX - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
INDUSTRIALIZAÇÃO

A mola propulsora do desenvolvimento econômico do País nos últimos anos tem sido o processo de industrialização. O progresso que vem sendo realizado neste setor é apreciável, tanto do ponto de vista quantitativo como qualificativo. Implantaram-se, com efeito, indústrias altamente complexas, que exigem técnica aperfeiçoada para a sua operação; e hoje estão sendo manufaturados correntemente produtos cuja fabricação no Brasil era considerada, há alguns anos atrás, somente possível em futuro remoto e imprevisível. Nesse processo o operário brasileiro demonstrou extraordinária capacidade de adaptação. Recém-egressos da atividade rural familiarizam-se rapidamente com as operações mais complexas, eliminando dúvidas sobre a possibilidade de ritmo mais acelerado de industrialização.

Não obstante o seu progresso e o seu dinamismo, o parque industrial brasileiro padece ainda de sérias deficiências, resultantes mais da rapidez das transformações que se vêm operando na estrutura da economia brasileira, do que da omissão governamental ou da falta de iniciativa empresarial. A correção dessas deficiências através adaptações, em alguns casos, ou complementações, em outros, e a adequação dos institutos jurídicos e administrativos às exigências das relações econômicas que hoje vigoram na economia brasileira, constituem objetivos prioritários no programa de ação imediata para a indústria. O objetivo geral do programa para o setor industrial, na atual fase de desenvolvimento da economia nacional, é a progressiva integração do parque industrial, a fim de se conseguir maior complementaridade entre as unidades que o compõem. Paralelamente, é imprescindível criar as condições necessárias para a sua operação eficiente e expansão ulterior. A integração do parque deverá proces-

sar-se através da consolidação ou da conclusão dos empreendimentos realizados ou projetados anteriormente e da programação de novos empreendimentos naqueles ramos industriais básicos cuja capacidade produtiva seja ainda insuficiente para atender às necessidades do mercado.

De um modo geral, dois problemas afligem a toda a indústria. O primeiro é o financiamento da venda de máquinas e equipamentos que a indústria nacional está em condições de fabricar. Há que instituir mecanismos apropriados que permitam a plena utilização da capacidade do parque atual.

O segundo problema refere-se à disponibilidade de técnicos, especialmente projetistas de instalações e especialistas em operação. Ao encontro deste problema vem o programa de ensino técnico e profissional, para cuja execução, às escolas técnicas ora existentes somar-se-á a "Universidade do Trabalho".

Finalmente, não se pode deixar de considerar que é justamente o setor industrial que oferece campo mais propício para a manifestação da autêntica iniciativa empresarial. Normalmente, entretanto, muitas iniciativas deixam de florescer porque o empresário não consegue superar as dificuldades que afligem as empresas de pequeno e médio porte, entre as quais avultam a falta de crédito e ausência de conhecimento ou assistência técnica especializada. Por isso, como parte do programa de ação imediata para o setor industrial, foi incluído a instituição de um mecanismo para prestar assistência técnica e creditícia à pequena e média empresa. O primeiro passo nesse sentido consistirá na utilização de órgãos já existentes como o BNDE e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, convenientemente aparelhados.

A seguir analisa-se a situação dos principais ramos industriais, indicando-se a diretriz que presidirá à ação governamental para cada um deles, bem como os projetos ou programas que de-

verão ser executados no contexto do programa de ação imediata. A maioria dos projetos novos contemplados tem acentuada natureza complementar. Incluem-se também projetos pioneiros, destinados a abrir novos horizontes para a economia nacional.

1. Mineração

O subsolo brasileiro é ainda mal conhecido e só agora, com a ocupação econômica do "hinterland" do País, a abertura de meios de comunicação e graças à avidez com que a indústria em expansão absorve matérias-primas minerais, é que estão se criando as condições para a exploração dos depósitos minerais conhecidos. Entretanto, não se conhece ainda as reais possibilidades do subsolo, o que se deve em grande parte à deficiência dos serviços oficiais respectivos. A criação do Ministério de Minas e Energia, que absorveu o antigo D.N.P.M., foi o primeiro grande passo para a reorganização desses serviços e para a execução de programa de pesquisa e fomento da produção mineral na proporção que se faz necessária.

Além da ampliação dos serviços de pesquisa e de fomento à exploração em geral de todos os minerais, três setores, pela importância que apresentam no quadro das atividades econômicas, são objeto de programação específica: petróleo, carvão e minério de ferro.

Petróleo - Os resultados já obtidos pela política estatal para o petróleo são encorajadores. Petróleo hoje no Brasil é um empreendimento econômico como qualquer outro, que já ultrapassou sua fase pioneira.

Em 1960 a produção nacional de petróleo atendeu a pouco mais de 30% do consumo. A produção vem se expandindo gradualmente, mas provém, em sua quase totalidade, da Bahia, única província petrolífera passível de exploração comercial que se conse-

guiu localizar até agora. As reservas baianas ainda não estão totalmente medidas, mas acredita-se que não são suficientes para assegurar o abastecimento do mercado nacional por prazo suficientemente longo.

Como o objetivo visado neste setor é a auto-suficiência, é mister intensificar as pesquisas em outras regiões. Podem-se distinguir aqui quatro projetos: 1º) Delimitação e cubagem das reservas dos campos baianos; 2º) Desenvolvimento dos campos baianos; 3º) Completar o reconhecimento da área Alagoas-Sergipe; 4º) Trabalho em outras áreas do território nacional.

As aplicações da PETROBRÁS têm se concentrado em instalações industriais de refino e de transporte. A partir do próximo ano a empresa já estará relativamente bem equipada nesses setores, de modo que poderá dedicar à pesquisa recursos mais vultosos, aumentando, assim, as suas probabilidades de sucesso.

Carvão - A solução do problema do carvão nacional depende do rompimento do círculo vicioso - consumo insuficiente porque o produto é relativamente caro em virtude dos custos elevados de produção, a qual a seu turno não é racionalizada porque isso implicaria em aumento da produção para a qual não existe mercado. Para isso é necessário o tratamento integral da atividade carvoeira, desde a produção até o consumo. Assim, além da racionalização das atividades de mineração, beneficiamento, transporte, embarque e desembarque, é necessário contemplar também investimentos em atividades consumidoras de carvão, como, por exemplo, as centrais termoeletricas. O Governo já tem uma agência especializada para os assuntos do carvão.

Minério de ferro - Neste setor são três os projetos em execução: 1º) conclusão das obras do cais de minério do Rio de Janeiro, equipando-o para o embarque de 3.000.000 toneladas/ano de minério; 2º) equipamento da E.F.C.B. para transportar aquele volume de minério

do Vale do Paraopeba para o pôrto do Rio de Janeiro; 3º) equipamento da Cia. Vale do Rio Doce para capacitá-la à exportação de 10.000.000 de toneladas por ano.

2. Metalurgia

Aço - A ampliação do parque siderúrgico, além de fator dinâmico do desenvolvimento econômico, constitui um imperativo, pois a situação do balanço de pagamentos não permite sejam as crescentes necessidades de aço atendidas através da importação. Está incluída no programa de ação do Governo a conclusão dos projetos em curso, de modo a elevar proximamente a capacidade de produção do parque siderúrgico de 2,5 milhões de toneladas atualmente, para perto de 5 milhões até 1965. Neste programa incluem-se também alguns projetos siderúrgicos de pequeno porte, de interesse para o desenvolvimento regional.

Alumínio - Nossa capacidade de produção de alumínio é atualmente de cerca de 20.000 t/ano, enquanto o consumo se aproxima de 40.000 t/ano. No programa do Governo contempla-se o incentivo à iniciativa privada objetivando a ampliação paulatina, dessa capacidade para 50/60.000 t/ano em 1965. Encontram-se em operação atualmente 2 usinas. Além da ampliação destas, é possível que seja necessária a implantação de uma terceira.

Chumbo - Com o melhor conhecimento das reservas de minério de chumbo da Bahia, abriram-se novas possibilidades para a produção deste metal. A capacidade de produção atual é de cerca de 15.000 t/ano. Há necessidade em duplicar esta capacidade.

Zinco - Encontra-se em construção uma usina para produzir 7.000 t/ano de zinco a partir de minérios silicatados. O programa de ação imediata inclui a conclusão deste projeto. Outra usina de maior porte está sendo iniciada em Minas Gerais para utilizar minérios de Vazante e energia elétrica de "Três Marias".

Cobre - Ainda não se comprovou no Brasil a existência de jazidas de minério de cobre de grande vulto. Existem, entretanto, várias ocorrências. Pretende o Governo incentivar o estudo da possança e das características destas ocorrências a fim de permitir o planejamento do seu aproveitamento se se comprovarem reservas de valor econômico.

3. Indústria Química Básica

Os setores básicos da indústria química, isto é, aqueles que produzem matérias-primas industriais ou agrícolas de grande consumo, serão objeto de programação especial a fim de evitar a escassez destas matérias-primas no mercado interno, ou que a sua importação venha a onerar demasiadamente o nosso balanço de pagamentos. O objetivo aqui, como em qualquer outro setor, é o desenvolvimento daqueles ramos industriais para os quais a economia brasileira apresente condições favoráveis e que, por diversas razões, ainda se encontram relativamente atrasados.

Refinação de petróleo - Grandes progressos foram feitos, nos últimos anos, na implantação e no desenvolvimento deste setor. Há dez anos atrás esta atividade praticamente não existia no País. Hoje a capacidade do parque nacional de refino alcança a 198.000 barris por dia de operação. Com a conclusão das obras em curso, esta capacidade ascenderá a 308.000 barris, suficiente para as necessidades do mercado interno. A fim de atender ao crescimento do consumo de derivados de petróleo será necessário expandir a capacidade de refino provavelmente para 400.000 barris/dia de operação em 1965; além de pequena ampliação do parque existente, possivelmente serão implantadas algumas unidades menores, de interesse regional.

Petroquímica - A importância da indústria petroquímica, cujos produtos constituem matérias indispensáveis (tais como

amônia, resinas sintéticas, negro de fumo, coque de petróleo, fertilizantes nitrogenados, borracha sintética) etc) tornará obrigatório o desenvolvimento desse setor, de todas as formas, seja através da outorga de facilidades à indústria privada, seja através da construção e operação por parte da PETROBRÁS, de unidades industriais.

Borracha sintética - Conquanto faça parte do programa do Governo todo o apoio à exploração de borracha silvestre e à heveacultura, a única maneira de suprir rapidamente o "deficit" de borracha no mercado nacional é a fabricação do produto sintético. Está em fase adiantada de montagem a fábrica da PETROBRÁS, a qual deverá, ainda em 1961, iniciar a produção de borracha sintética no País. O crescimento do consumo desta matéria-prima exigirá, entre tanto, a montagem de outra unidade industrial antes de 1965. Desse modo, o programa do Governo contempla a conclusão da fábrica em construção e a implantação de uma segunda fábrica, à base de álcool, em Pernambuco.

Fertilizantes - O programa de recuperação da agricultura implicará em substancial incremento do consumo de fertilizantes. A fim de evitar que tal fato venha repercutir desfavoravelmente sobre o balanço de pagamento será necessário cuidar da expansão da capacidade de produção interna de adubos artificiais. A estimativa do consumo desses adubos em 1965 se expressa pelas seguintes cifras:

Nitrogenados (em têrmos de N): 100.000 t

Fosfatados (" " P₂O₅): 300.000 t

Potássicos (" " K₂O): 100.000 t

Nitrogenados - A capacidade de produção de adubos nitrogenados é hoje de cerca de 25.000 t por ano de N contido sob a forma de nitrato ou de sulfato de amônia. O programa mínimo para este setor consiste na elevação desta capacidade para 50.000 t através da

construção de nova unidade para fixação do nitrogênio atmosférico e do aproveitamento dos subprodutos das novas coquerias.

Fosfato - A produção de fertilizantes fosfatados expandiu-se consideravelmente nos últimos anos, estimando-se que a capacidade atual seja da ordem de 100.000 t por ano em termos de P_2O_5 contido. No programa do Governo incluiu-se a realização de instalações complementares em Pernambuco, relativas ao transporte da fosforita e à sua transformação em fosfato dicálcico e superfosfato.

Potássio - Quanto ao potássio, o país ainda não tem condições para produzi-lo. Serão fomentadas, entretanto, as pesquisas para verificação da possibilidade de sua recuperação econômica das águas-mães das salinas.

Álcalis - A produção do hidróxido de sódio (soda cáustica) e do carbonato de sódio (barrilha) vêm sendo fomentada, não só a fim de economizar recursos em divisas, mas também para aproveitar o sal marinho, matéria-prima de fácil produção no País.

Soda cáustica - A soda cáustica já vem sendo produzida no País há vários anos em pequenas unidades eletrolíticas, comumente cativas de indústrias consumidoras deste produto e também do cloro, subproduto do processo. A produção destas unidades em 1960 é estimada em 65.000 toneladas para um consumo de 170.000 toneladas. A capacidade nominal de produção de Soda Cáustica no fim de 1961 pode ser estimada em 87.000 toneladas/ano. No programa de ação imediata inclui-se a conclusão das instalações da Cia. Nacional de Álcalis, em Cabo Frio (20.000 t/ano) e a execução de uma unidade eletrolítica integrada com uma fábrica de fosfato decálcico, em Pernambuco.

Barrilha - A produção de barrilha no País só começou em 1960, com a entrada em operação da fábrica de Cabo Frio, da Cia. Nacional de Álcalis. Ao terminar o ano de 1960 aquela fábrica apresentava a capacidade nominal de 72.000 t por ano. O objetivo a ser atingi-

do no setor consiste em assegurar as condições necessárias para a operação da fábrica de Cabo Frio a plena capacidade e sua ulterior ampliação, de modo a se alcançar, em 1965, a capacidade efetiva de produção de 115.000 t, cifra representativa do consumo estimado para aquêle ano.

Celulose e Papel - A indústria de papéis em geral está de longa data solidamente estabelecida no País, mas na base da importação da sua matéria-prima principal - a celulose. A produção de celulose química recebeu, porém, nos últimos anos, vigoroso impulso com a instalação das novas fábricas e ampliação das existentes. Desta maneira, a capacidade de produção de celulose química, que mal atingia 70.000 toneladas por ano em 1955, deverá ter alcançado, no fim de 1961, perto de 260.000 t, sem computar a celulose para "rayon". Com relação a celulose, o programa do Governo imediato contempla a conclusão dos projetos em andamento.

A produção de papel de jornal, não obstante o decidido apoio do governo, inclusive através de forte subsídio, não apresentou o crescimento desejável. Para um consumo de perto de 250.000 toneladas, a produção nacional não vai além de 60.000 toneladas. É necessária a implantação de pelo menos mais uma grande fábrica de papel de jornal.

Indústria de Materiais de Construção - Este ramo da indústria já atingiu a sua maturidade, inclusive quanto ao cimento, cuja capacidade de produção é suficiente para atender às necessidades do mercado.

Indústrias Mecânicas - A indústria mecânica já atingiu apreciável grau de desenvolvimento, constituindo seu principal problema atualmente o financiamento das vendas para o mercado interno e externo.

Indústria Automobilística - A capacidade de produção-

da indústria automobilística é suficiente para atender com folga às necessidades do mercado.

Máquinas Agrícolas - Inclui-se no programa do Governo a conclusão dos projetos de fabricação de tratores, já em andamento. Contempla-se, outrossim, o fomento da produção de outras máquinas e implementos agrícolas.

Construção Naval - O programa contempla a conclusão dos projetos de estaleiros em construção, bem como assegurar-lhes volume razoável de encomendas.

○ ○ ○ ○ ○

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, durante os seus nove anos de funcionamento, tornou-se o instrumento central orientador e executor da política de desenvolvimento econômico do país.

Para esse estabelecimento de crédito convergem todas-as solicitações de financiamentos para empreendimentos básicos, quer os da iniciativa privada, quer os de entidades governamentais.

Os projetos que lhe são submetidos são analizados quanto aos seus aspectos técnicos, econômicos e financeiros, e atendidos segundo rigorosos critérios de prioridade, tendo em vista a solução dos pontos de estrangulamento e a criação da infraestrutura requerida para o pleno desenvolvimento da iniciativa privada.

A fim de atender ao financiamento de 60% dos 240 projetos existentes em carteira será necessário suplementar o orçamento de investimentos do BNDE, nos próximos dois anos, com, pelo menos, 10 bilhões de cruzeiros.

A obtenção de um empréstimo global desse porte permitirá o financiamento imediato de numerosos e urgentes projetos que, de outro modo teriam que aguardar 2 ou 3 anos para serem iniciados.

niciados.

A disponibilidade de maior volume de recursos, por outro lado, permitiria ao BNDE dar mais vigoroso amparo à pequena e média indústria, já que, ultimamente os recursos do BNDE - tem-se concentrado nas aplicações em empreendimentos de grande vulto, como as grandes usinas hidroelétricas de Furnas, Três Marias, Hidroelétrica do S.Francisco; usinas siderúrgicas, como Siderúrgica de Minas Gerais, Cia. Siderúrgica Paulista, Cia. Ferro e Aço de Vitória; reaparelhamento de meios de transportes, etc. empreendimentos êsses que somam várias centenas de bilhões de cruzeiros de investimento.

PLANO DE EMERGÊNCIA

A fim de permitir que o BNDE continue o seu apoio decisivo aos principais projetos em execução, do maior interesse e econômico para o país, o Plano de Emergência inclue um empréstimo de CR\$ 10.000 milhões de cruzeiros.